



LARISSA MONTEIRO DIAS PINTO

**OS LIMITES DA PAZ LIBERAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A AUTORIDADE
TRANSITÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS NO CAMBOJA (UNTAC)**

João Pessoa
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Larissa Monteiro Dias Pinto

**OS LIMITES DA PAZ LIBERAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A AUTORIDADE
TRANSITÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS NO CAMBOJA (UNTAC)**

Trabalho de conclusão
apresentado como requisito
parcial para conclusão do Curso
de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Marcos Alan S. V. Ferreira

João Pessoa

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M772o Monteiro Dias Pinto, Larissa.

Os limites da paz liberal: um estudo de caso da Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) / Larissa Monteiro Dias Pinto. – João Pessoa, 2018.
58f.

Orientador(a): Profº Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Paz liberal. 2. operações de paz. 3. UNTAC. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:327(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

**LIMITES DA PAZ LIBERAL: O CASO DA AUTORIDADE TRANSITÓRIA DAS
NAÇÕES UNIDAS NO CAMBOJA**

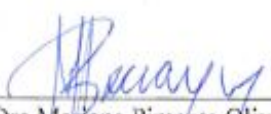
Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel (a) em Relações
Internacionais

Aprovado (a) em 01 / 11 / 2018

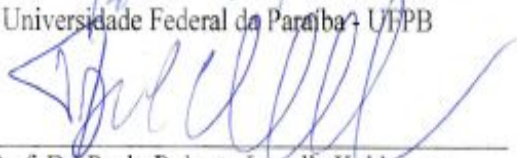
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra Mariana Pimenta Oliveira Baccharini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender de que forma a paz liberal influencia os resultados das operações de paz da ONU. Em decorrência do longo período de tempo em que este conceito tem sido adotado como padrão para discutir a paz e formular mandatos, ele pouco é questionado pelos tomadores de decisão, os quais acreditam que sua utilização produz resultados positivos. Contudo, análises mais aprofundadas identificam a presença de uma paz virtual nessas conjunturas após as intervenções. Este trabalho analisa a Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), observando como os princípios da paz liberal incluídos em seu mandato geraram uma paz virtual e instável ao invés da estabilidade duradoura prometida.

Palavras-chave: Paz liberal, operações de paz, UNTAC.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how liberal peace influences the results of UN peace operations. Due to the long period of time in which this concept has been adopted as the standard for discussing peace and formulating mandates, it is hardly questioned by decision makers, who believe that its use produces positive results. However, further analysis identifies the presence of a virtual peace in these conjunctures after the interventions. This paper analyzes the United Nations Transitional Authority in Cambodia (UNTAC), noting how the principles of liberal peace included in its mandate generated a virtual and unstable peace rather than the promised lasting stability.

Keywords: Liberal peace, peace operations, UNTAC.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	8
1.INTRODUÇÃO	9
2. A PAZ LIBERAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ	11
2.1 O que é uma operação de paz?	11
2.1.1 Criação da ONU	11
2.1.2 Criação das operações de paz	13
2.2 O que é paz?	16
2.2.1 Definição de paz liberal	16
2.2.2 Definições mais abrangentes	19
2.3 A paz liberal nas operações de paz	22
3. HISTÓRIA DO CAMBOJA	25
3.1 Angkor Wat	25
3.2 Período colonial	25
3.3 A independência	29
3.4 Governo Lon Nol	31
3.3 Khmer Vermelho	33
3.3.1 Ascensão ao poder e ideologia	33
3.3.2 O genocídio	34
3.4 Domínio vietnamita	37
4. A PAZ LIBERAL NA UNTAC	39
4.1 Criação da operação	39
4.2 O mandato da operação	41
4.3 Implementação do mandato	44
4.4 Sucessos da UNTAC	46
4.5 Fracassos da UNTAC	48
5. CONCLUSÃO	52
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

Agradecimentos:

Primeiramente a minha mãe, Gerlúcia, e a minhas irmãs, Letícia e Laura, pela convivência diária e pelos momentos de descontração. Sou grata por todos os ensinamentos e o apoio que me deram até aqui. Obrigada por terem me incentivado a valorizar minha educação e continuar buscando por uma versão melhor de mim.

A todos os meus amigos (tanto da escola quanto da universidade) por terem estado ao meu lado nos melhores e piores momentos ao longo de todos esses anos. Em especial agradeço a Igor, Stela, Eduarda e Rayanne por terem ouvido minhas preocupações em relação ao TCC e me incentivado a continuar.

A meus orientadores, que tanto me ajudaram em minha vida acadêmica. A Mariana Baccarini por ter me guiado em meus primeiros passos no grupo de estudo, no Círculo Petrashevski e posteriormente no PIVIC. A Marcos Alan Ferreira pela orientação na etapa final do curso com o grupo de estudos e depois no TCC e a paciência para quando eu quis mudar de tema e não sabia como.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR - Agência da ONU para refugiados

CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CNS – Conselho Nacional Supremo

CPK - Partido Comunista do Kampuchea

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

FNLPK - Frente Nacional para Liberação do povo do Kampuchea

FUNCINPEC - Frente Unida Nacional para um Camboja Independente, Neutro, Pacífico e Cooperativo

LDN - Liga das Nações

MMWG - Grupo de Trabalho Militar Misto

NADK - Exército Nacional do Kampuchea Democrático

ONU - Organização das Nações Unidas

PPC - Partido Popular Cambojano

RPK - República Popular do Kampuchea

UNAMIC - Missão de Avanço das Nações Unidas no Camboja

UNTAC - Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja

UNV - Voluntários das Nações Unidas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1.INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das Operações de Paz das Nações Unidas em meados do século XX, estas têm se apresentado como mecanismos capazes de trazer a pacificação dos conflitos inter e intra-estatais, em substituição às intervenções unilaterais que ocorriam anteriormente. Desta forma, a relevância do problema de pesquisa aqui apresentado está baseada na centralidade dessas operações como mecanismo de estabelecimento e manutenção da paz desde a sua criação na década de 1950 e na presença da paz liberal como paradigma central de seus mandatos, passando por três gerações com diferentes características.

Apesar de se apresentarem como solução para um problema recorrente no Sistema Internacional, os resultados obtidos pelas Operações não condizem com os esperados em decorrência do discurso da ONU. Tendo em vista os fracassos na manutenção da paz durante e após os mandatos das Operações de Paz, principalmente na década de 1990, este projeto tem por objetivo compreender como uma dessas operações, a UNTAC (*United Nations Transitional Authority in Cambodia*) que esteve em vigor entre 1992 e 1993, não obteve sucesso significativo além do monitoramento da eleição e da repatriação de refugiados (WHALAN, 2012).

Alguns autores têm discordado abertamente do modelo de intervenção adotado pela ONU e em especial o conceito de paz utilizado por elas. As críticas à chamada paz liberal se centram no fato de este ser um modelo fechado e restrito de paz voltado para a economia de mercado e com pouca ou nenhuma preocupação com as especificidades locais. Assim, mandatos baseados nessa concepção de paz seriam considerados satisfeitos com o não retorno do conflito que buscam solucionar, sem atentar para outros tipos de violência que assolam a população do país-alvo. Essa visão simplista da paz poderia ser o motivo para o ‘fracasso de um alto número de operações nas últimas décadas, as quais enfrentaram contextos muito mais complexos de conflitos intra-estatais do que as operações iniciais que buscavam apaziguar conflitos entre dois ou mais Estados (RICHMOND, 2006; WHALAN, 2012).

No entanto, tanto no site oficial quanto em relatórios das Nações Unidas continua-se afirmando os bons resultados proporcionados pela paz liberal e o sucesso na execução do mandato da UNTAC. A ênfase é dada aos componentes que de fato obtiveram bons resultados, como o comparecimento de cerca de 90% dos eleitores às urnas e a repatriação de mais de 300.000 refugiados. Em contrapartida, os problemas causados pelos policiais civis, os

quais foram denunciados por perturbação da ordem e abuso sexual são completamente ignorados pela página oficial da operação (DPKO, s/d; FRANK, RICHMOND, 2010).

À vista disso, o presente trabalho, composto por três capítulos, tem como objetivo avaliar como os preceitos da paz liberal foram influentes nos resultados obtidos pela Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), cujos objetivos principais eram realizar eleições justas e livrar o país das minas terrestres, as quais proporcionavam uma alta taxa de mortalidade na população local (DPKO, 2003). O primeiro capítulo é dedicado ao surgimento das operações de paz e os diferentes conceitos do termo paz, focando nos debates em torno da paz liberal. O segundo examina o contexto histórico do Camboja no século XX, culminando com o regime do Khmer Vermelho, a invasão vietnamita e a intervenção da ONU. Por fim, o terceiro capítulo analisa a UNTAC como um todo, interligando a paz liberal ao contexto histórico cambojano.

2. A PAZ LIBERAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ

2.1 O que é uma operação de paz?

2.1.1 Criação da ONU

O capítulo inicial desta dissertação tem por objetivo observar como o conceito de paz se insere nas operações de paz da ONU. Para tanto veremos como tiveram origem as organizações internacionais voltadas para a paz, como as operações de paz surgiram aspirando solucionar os conflitos internacionais de forma legítima, o que significa a paz liberal e alguns conceitos mais abrangentes.

No início do século XX os principais países da Europa se envolveram em um conflito de proporções nunca vistas anteriormente, a Primeira Guerra Mundial. Durante o processo de pacificação surge a preocupação de evitar um novo confronto de proporções globais. Com esse intuito foi criada a Liga das Nações (LDN), a qual visava corrigir as distorções do sistema internacional com base no diálogo entre os membros, criando uma rede de segurança coletiva na qual todos os Estados deveriam tomar parte de forma voluntária (CARR, 1939).

A ideia de segurança coletiva adotada pela LDN visava a criação de um mecanismo internacional capaz de evitar ou suprimir a agressão entre Estados. É importante ressaltar que a LDN foi a primeira organização criada com o intuito de manter a paz internacional. Sua implementação previa que as sanções cabíveis somente seriam aplicadas caso houvesse consenso entre os membros. Contudo, o fracasso da implantação do sistema de segurança coletiva permitiu que os Estados continuassem agindo da forma que acreditavam ser mais proveitosa para sua realidade culminando em um novo confronto. Dessa forma, quando a Segunda Guerra eclodiu, o fracasso da LDN foi firmado na história e o fim desse confronto demandou a criação de uma nova organização (HERZ, HOFFMANN, TABAK; 2015).

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) se deu em um contexto ligeiramente diferente do da Liga. Desde 1943, ainda durante a Guerra, alguns países já se mostravam dispostos a criar uma nova organização internacional voltada para a manutenção da paz internacional. Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, França e China eram os países que estavam envolvidos nessas negociações iniciais. O fracasso do mecanismo de consenso universal da Liga das Nações serviu de aprendizado para a ONU. Visando maior aplicabilidade da organização em situações reais houve o acréscimo de sanções para os países

que não cumprissem o que deveriam e a mudança do voto por consenso para voto por maioria (GARCIA, 2012).

Sendo oficialmente fundada em 1945 com a assinatura da Carta das Nações Unidas na Conferência de São Francisco, a ONU conta com seis órgãos principais: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado. Cada um desses órgãos exerce funções diferentes, que em conjunto contribuem para a manutenção da ordem internacional, com exceção do Conselho de Tutela inativo desde 1994. Entraremos em mais detalhes sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por se tratar do órgão responsável pelas operações de paz (HERZ, HOFFMANN, TABAK; 2015).

Além de discorrer sobre a estrutura da nova organização a Carta da ONU versa sobre seus objetivos; sendo eles manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas entre os membros, aprofundar a cooperação para resolução dos diversos problemas internacionais e ser uma harmonizadora da ação das nações para consecução destes objetivos (ONU, 1945).

O CSNU é formado por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China) e dez membros não-permanentes que cumprem mandatos de dois anos. Os membros permanentes têm o poder de vetar decisões, sendo outro fator que os diferencia dos não-permanentes. O Conselho de Segurança é responsável pelas questões relacionadas à manutenção da segurança internacional. Algumas das suas obrigações dizem respeito a negociações, sanções e operações de paz, ainda que de acordo com a Carta esta devesse ser responsabilidade do *Military Staff Committee*, o qual é atualmente apenas um órgão consultivo (HERZ, HOFFMANN, TABAK; 2015).

A atuação do CSNU pode ser dividida em dois momentos. O primeiro diz respeito ao período da Guerra Fria, durante o qual o órgão não se envolvia nos principais conflitos devido à frequente discordância entre Estados Unidos e União Soviética, ambos detentores do poder de veto. O segundo momento refere-se ao período pós Guerra Fria iniciado com o conflito Irã-Iraque em 1987, a partir do qual o Conselho passou a atuar com mais frequência devido à redução do número de vetos e à expansão da ideia do que é considerado uma ameaça ao sistema internacional, agora incluindo golpe contra um governo democraticamente eleito, catástrofes humanitárias e atos terroristas (MALONE, 2008).

Na seção seguinte veremos como o Conselho de Segurança passou a realizar as operações de paz que conhecemos nos dias atuais. Fazendo uma retrospectiva desde as intervenções tradicionais realizadas por Estados movidos por interesse próprio até as diferentes gerações de operações realizadas pela ONU desde a década de 1940.

2.1.2 Criação das operações de paz

Tradicionalmente as intervenções externas envolviam o uso direto ou indireto da força, sendo realizadas mediante os interesses individuais dos países, os quais tencionavam atingir seus objetivos estratégicos de longo termo ou interesses políticos de curto prazo. Sendo os interesses do país invasor e do invadido contrastantes esse processo costumava resultar em conflitos entre as partes envolvidas (AMSTUTZ, 2013).

É importante ressaltar que até a época da Revolução Francesa, em 1789, era comum que um Estado interferisse na esfera doméstica de outro como instrumento de política externa. Somente depois deste evento começou-se a questionar a legitimidade destas intervenções sobre a soberania dos demais países. Embora exista o questionamento da legitimidade, intervenções unilaterais ainda podem ocorrer no mundo atual (MORGENTHAU, 1966). Desse modo, a ênfase da não interferência em assuntos domésticos no âmbito da ONU funcionou de forma a acentuar o caráter soberano dos Estados e permitir que eles tenham maior autonomia no cenário internacional, protegendo-os de possíveis intervenções de terceiros (ONU, 1945).

Em oposição às intervenções tradicionais, um dos mecanismos criados pela ONU para possibilitar sua atuação nos conflitos internacionais foram as Operações de Paz, as quais têm por objetivo evitar o uso unilateral da força por parte dos Estados de forma a promover uma paz estável e duradoura. Portanto, para ser legítimo, o uso da força deve ser autorizado pelo Conselho de Segurança com votos dos cinco membros permanentes e mais quatro dos não-permanentes (HERZ, HOFFMANN, TABAK; 2015).

Além disso, um dos princípios firmados na Carta diz respeito à não-interferência em assuntos domésticos. Estabelecido oficialmente no artigo 2.4 da Carta:

“Todos os membros devem se refrear nas suas relações internacionais da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado, ou de qualquer forma inconsistente com os propósitos das Nações Unidas.” (ONU, 1945, p.3).

A ênfase desse princípio no âmbito da ONU funcionou de forma a acentuar o caráter soberano dos Estados, dando-lhes maior autonomia no cenário internacional e protegendo-os de possíveis intervenções de terceiros ao mesmo tempo em que legitima as intervenções multilaterais da própria organização (ONU, 1945).

Uma operação de paz pode ser definida como uma instituição implantada a partir da preocupação internacional com o contexto interno de um país que enfrenta crises complexas de segurança, política e/ou de desenvolvimento. Seu mandato pode apresentar diferentes graus de interferência, com atividades de *peacekeeping*, *peacebuilding* e *statebuilding* (WHALAN, 2014).

Para melhor compreensão, as operações costumam ser divididas em grupos de acordo com suas características principais. Uma dessas classificações diz respeito às três gerações existentes desde a década de 1940. Esse agrupamento separa as operações de acordo com a amplitude de seu mandato, iniciando de forma restrita com o monitoramento e culminando com o *peacebuilding*. As da primeira categoria eram amparadas pelo Capítulo VI da Carta. As da segunda continuam sendo baseadas no Capítulo VI, mas já apresentando elementos do Capítulo VII. A terceira geração diz respeito às operações inteiramente fundamentadas no capítulo VII. A seguir veremos essa classificação em mais detalhes (REZENDE, 2012).

A primeira geração se refere às operações de manutenção da paz, as quais eram realizadas para acompanhar a resolução de conflitos interestatais e funcionavam apenas com a autorização de todas as partes envolvidas. Elas possuíam um mandato restrito, que se prestava a estabelecer confiança entre os envolvidos e negociar ou manter a paz já negociada. À vista disso, seu principal objetivo era monitorar o diálogo entre as partes do conflito visando obter um tratado entre elas ou após o firmamento de um acordo e o retorno à vida cotidiana, para garantir o seu cumprimento (DOYLE; SAMBANI, *apud* REZENDE, 2012)

Surgida na década de 1950, a segunda geração das operações de paz manteve alguns elementos da primeira, como a neutralidade, imparcialidade e a necessidade de autorização das partes envolvidas. Além disso, abarcava novos atributos como administração civil e policiamento, apresentando um papel mais intrusivo que as anteriores. Independentemente de ainda necessitar da autorização dos países-alvo para agir, esse tipo de operação tinha um mandato mais invasivo, interferindo de certa forma no contexto interno do país (DOYLE; SAMBANI, *apud* REZENDE, 2012)

Por outro lado, o surgimento de contextos mais complexos no final do século XX, como os conflitos originados pelo racismo e apartheid na antiga Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e na África do Sul, suscitaram a necessidade de invocar o Capítulo VII, o qual versa sobre medidas mais incisivas a serem aplicadas nas operações de paz. Essa conjuntura foi considerada uma ameaça à paz e segurança internacional. Em consequência disso foram postas em prática uma série de sanções aos dois países, bem como um embargo no comércio de armas e bloqueio naval. (MALONE, 2008).

Assim, a terceira geração das operações de paz se refere à imposição da paz, representada pelo uso mais evidente da força militar. Essas operações não precisam ser autorizadas pelas partes envolvidas para que sejam postas em prática (DOYLE; SAMBANI, *apud* REZENDE, 2012). Com o aumento dos conflitos intraestatais no fim do século XX as violações dos direitos humanos serviram frequentemente como justificativa para as operações de paz, aumentando significativamente a quantidade de operações. Entretanto, essas ações deveriam ser ocasionais e tomadas em resposta a ameaças sérias à paz internacional (AMSTUTZ, 2013).

Neste contexto destaca-se a importância do *peacebuilding*, presente nos acordos de paz necessários para a supressão da incompatibilidade que causou o conflito em primeiro lugar. Partindo da percepção de que nenhum dos grupos envolvidos venceu o confronto, mas aceitaram firmar um acordo de paz a partir do qual propõem cessar as tensões entre eles. Esta conjuntura é bastante instável, uma vez que cada ator envolvido no processo tende a buscar seus objetivos em detrimento dos demais. Por isso, o projeto de *peacebuilding* necessita de um grande espaço de tempo para estabelecer uma nova normalidade no pós-guerra (WALLESTEEN, 2015).

As discussões sobre *peacebuilding* são oriundas da década de 1970, o termo foi usado pela primeira vez por Johan Galtung em 1976, sendo visto como uma possível alternativa ao *peacekeeping* e ao *peacemaking*. A proposta era uma estrutura auto-sustentável de resolução de conflitos baseada em princípios específicos de promoção da paz, tais como equidade e simbiose. Todavia, as limitações impostas pela Guerra Fria no período fizeram com que o *peacebuilding* só adquirisse importância na década de 1990 (WALLESTEEN, 2015).

O termo foi adotado pela primeira vez na esfera da ONU no relatório *An Agenda for Peace* de 1992, do então secretário-geral Boutros Boutros-Ghali, sendo definido como um conjunto de ações para identificar e apoiar estruturas que contribuam na solidificação da paz,

a fim de evitar uma reincidência do conflito. Exemplos dessas estruturas são programas conjuntos, reforma do currículo escolar e redução das barreiras entre países. Neste momento as operações de paz voltavam-se para conflitos que haviam sido negligenciados durante o período de tensão entre EUA e URSS, os quais necessitavam de um novo tipo de atenção (WALLESTEEN, 2015).

O conceito de *peacebuilding* foi aprofundado em 1995 com o *Supplement to An Agenda for Peace*. Neste relatório foi estabelecido o foco na segurança e no fortalecimento das instituições como a melhor forma de lidar com os conflitos intraestatais. Ações como desmilitarização, reforma institucional, monitoramento dos direitos humanos e realização de eleições tornaram-se então partes centrais das operações de paz (WALLESTEEN, 2015).

Os conceitos estabelecidos como base das operações de paz (consenso, imparcialidade e uso da força apenas para autodefesa) passaram a ser sistematicamente desconsiderados nos anos 1990, quando os conflitos adquiriram maior complexidade após o fim dos impasses da Guerra Fria. Antes a ONU lidava com conflitos interestatais, mas agora passava a ocupar-se com questões intraestatais. A expansão dos tipos de conflito resultou em novas atribuições para as operações de paz e maior aceitação do uso da força militar (REZENDE, 2012).

Outra classificação para as operações refere-se à necessidade ou não de consentimento do Estado em que ela ocorrerá. As operações de manutenção de paz podem ser não coercitivas ou coercitivas, enquanto que as de observação costumam ser não coercitivas. Operações de observação são formadas por um contingente pequeno, tendo como objetivo o monitoramento de uma área após o estabelecimento de um cessar-fogo. Por outro lado, as de manutenção da paz são formadas por um grupo maior, armado e que deve interpor-se entre forças hostis. Essas tropas são constituídas por soldados de países neutros em relação ao conflito. Operações de manutenção da paz podem ser classificadas como coercitivas porque por vezes não há um governo legítimo ao qual consultar ou ele próprio é o perpetrador da violência (HERZ, HOFFMANN, TABAK; 2015).

Independente da classificação adotada, as operações de paz têm em comum o objetivo de proporcionar paz para os grupos envolvidos em um confronto. Apesar de esse ser o elemento central das intervenções supracitadas, ele não costuma ser debatido ou analisado por esses atores com a frequência necessária. As duas seções subsequentes analisam este conceito a partir de duas óticas: primeiro pelo ponto de vista *mainstream* da paz liberal e em seguida com base em óticas mais amplas.

2.2 O que é paz?

2.2.1 Definição de paz liberal

À primeira vista paz e violência são tidos como conceitos simplistas que se opõem. Contudo, quando estudados a fundo é possível perceber que são bastante complexos. Ambos demandam uma compreensão aprofundada que permita resultados melhores na prática. A perspectiva mais comumente aceita interpreta paz como ausência de guerra e tem os Estados democráticos e liberais como atores ideais, defendendo que entre eles a guerra costuma ser menos frequente (PARIS, 2004; RICHMOND, 2006).

Quando analisada com maior profundidade é possível inferir a existência de dois tipos de paz: a paz negativa, caracterizada pela ausência de violência direta e a paz positiva, que representa a justiça social e a ausência de violência estrutural. A paz negativa domina a literatura acadêmica sobre o assunto, enquanto que a paz positiva é vista como idealista e de difícil alcance. Isso ocorre porque os atores internacionais que definem paz são principalmente os Estados membros do Conselho de Segurança da ONU, os quais veem a paz como ausência de guerra, uma ideia presente na chamada paz liberal. (GALTUNG, 1969; RICHMOND, 2006).

A paz liberal pode ser definida como aquela que:

“...retrata uma paz geral derivada do individualismo, liberdade e direitos e responsabilidades sociais, políticos ou econômicos, baseada em níveis significativos de justiça e consentimento em um ambiente transnacional. Essas dinâmicas são supervisionadas por uma hierarquia de atores que os regulam e reforçam de acordo com estruturas normativas universais. Também é geralmente reconhecido que essa paz provavelmente será prejudicada pela injustiça, o terrorismo, o secessionismo ou a guerra de guerrilha perpetrada por atores marginalizados. A paz neste quadro pode ser construída, no entanto, por múltiplas formas de intervenção e é frequentemente representada como uma forma ideal realmente existente.” (RICHMOND, 2006, p.369, tradução própria).

Esse tipo de paz se baseia em democracia, direitos humanos, *rule of law*, livre mercado, desenvolvimento e globalização; ou seja, é uma combinação entre paz, democracia e livre mercado. Dessa forma, a paz liberal apresenta diretrizes muito claras do que se considera paz e como alcançá-la. Tendo apoio de países importantes no Sistema Internacional, essa concepção de paz ganhou legitimidade e é muitas vezes percebida como a visão universal em virtude da ausência de debates sobre o assunto (RICHMOND, 2006).

Está abordagem também delega uma função central aos Estados, sendo eles os agentes de governança. Além disso, eles proporcionam um senso de identificação e reconhecimento nas suas respectivas populações. Em suma, a existência do Estado é uma pré-condição do projeto de paz liberal. A importância que os Estados recebem nesta concepção de paz contribui para que eles não se sintam ameaçados por esta corrente de pensamento e, pelo contrário, contribuam para fortalecê-la (BORGES, MASCHIETTO; 2014).

Afora a centralidade dos Estados nacionais nesta concepção, a análise da paz nestes casos é feita a partir de uma ótica ocidental, universalista e de caráter liberal. Ocidental no sentido de que é baseada em valores típicos dessa sociedade, como a importância das liberdades individuais em detrimento da vida comunitária. Universalista, uma vez que acredita na aplicabilidade de um modelo ideal existente no norte global em contextos não ocidentalizados. Por fim, liberal porque defende a liberalização política - baseada na implementação de uma democracia pluripartidária, com eleições periódicas e possibilidade de atuação da sociedade civil - e a liberalização econômica - fundamentada em uma economia de mercado, na privatização e redução da interferência do Estado na economia - como pilar central da estabilidade (BORGES, MASCHIETTO; 2017).

A paz liberal pode ser comparada em certa medida à paz perpétua de Kant, a qual se baseia na percepção de que os Estados democráticos não costumam guerrear entre si, o que ocorre com os não-democráticos. Essa ideia tem como pilares a representação republicana, comprometimento ideológico com os direitos humanos fundamentais e a interdependência transnacional. Sozinhos eles não são suficientes para garantir a estabilidade, por isso devem existir em conjunto para que haja uma paz duradoura (DOYLE, 2005).

Para sair da redundância das discussões superficiais sobre o conceito de paz é preciso analisar melhor do que se trata a paz liberal. Para tal deve-se ter uma compreensão mais aprofundada do tipo de paz criada, os empecilhos existentes na sua implantação, bem como a sua sustentabilidade. Essa análise é importante para compreender até que ponto a universalidade da paz é legitimadora da intervenção tendo como base a superioridade dos grupos responsáveis pelas operações de paz sobre os seus receptores (RICHMOND, 2006).

A paz liberal também é mais complexa do que se pode ver a priori, existem três tipos principais. O modelo conservador diz respeito a uma abordagem *top-down* de *peacebuilding*, sendo caracterizada por uma paz unilateral, estatocêntrica e militarizada. O modelo ortodoxo

é mais sensível às preocupações com o *ownership*¹ local e a cultura visando transferir os conhecimentos adquiridos ao longo da operação à equipe local. Por fim, o modelo emancipatório é ainda mais preocupado com o nível local prezando por negociações favoráveis e criticando a coercividade, condicionalidade e dependência utilizados pelas outras categorias (RICHMOND, 2006).

É possível que o modelo de paz liberal adotado por uma intervenção se altere ao longo da implantação do mandato. A UNTAC, por exemplo, pode ser classificada como ortodoxa se levamos em consideração os objetivos da intervenção. Se analisarmos a sua implantação, no entanto, existe uma natureza mais conservadora. Apesar da transição entre modelos diferentes ser possível, é pouco provável que uma operação de caráter hiper conservativo seja alterada para uma postura mais ortodoxa ou emancipatória. Ainda mais se levarmos em consideração que os atores envolvidos podem ser beneficiados por uma paz virtual em detrimento de uma paz emancipatória, sendo que o primeiro tipo representa uma paz conservadora que não proporciona mudanças reais para a população (RICHMOND, 2006).

No entanto, outros autores têm dado destaque ao fato de que a complexidade do conflito e da paz servem como evidência de que a paz liberal não é tão eficaz quanto se afirma. Autores como William Graham Sumner afirmam que um entendimento universal da paz é impossível no sentido de que diferentes contextos regionais resultam em diferentes conceitos de paz. Assim, a paz liberal seria uma espécie de paz virtual baseada em um *framework* cosmopolita de governança, o qual nem sempre é apropriado aos contextos em que é aplicado (RICHMOND, 2006).

Essa concepção tem como base a combinação entre a *victor's peace* e a paz institucional. A primeira delas diz respeito a vitórias militares e na crença da existência de uma paz mais estável sob a regência de um hegemon. Nos tempos atuais perdeu suas características mais radicais, mas continua presente quando se vê que a percepção de paz defendida pela ONU nas suas operações de paz depende do monitoramento de um ator central. Por outro lado, a paz institucional refere-se a uma concordância entre os Estados sobre como portar-se, as quais podem ser obtidas através de convenções e tratados. Este entendimento também está presente na ótica da ONU, uma vez que a organização conseguiu

¹ “Em termos práticos, isso significa que a reforma da segurança políticas, instituições e actividades num determinado país devem ser concebidas, geridas e implementados por atores locais e não por atores externos.” (NATHAN, 2007, p.4, tradução própria).

em grande medida substituir as intervenções unilaterais pelas sancionadas pelos demais países em forma de operações de paz (RICHMOND, 2006).

Além da definição *mainstream* de paz, existe uma variedade significativa de óticas e propostas de como agir para obter melhores resultados na obtenção de uma ordem pacífica e nas operações de paz. Independentemente de não serem amplamente debatidas como deveriam, é preciso analisá-las e compreender quais são suas possíveis contribuições para o estabelecimento de uma paz positiva e duradoura. Em seguida veremos algumas dessas abordagens em maiores detalhes.

2.2.2 Definições mais abrangentes

De forma mais ampla, define-se que ordem social pacífica é na verdade uma vasta gama de ordens sociais em que a violência não está presente. Para o seu estudo integral, é necessária uma definição extensa do termo, uma vez que um conceito mais restrito resultaria na supressão de algumas formas de violência nos estudos de paz. Assim, a definição dada pela corrente da paz liberal pode ser considerada como restrita e limitar o seu estudo (GALTUNG, 1969).

Em virtude desse descontentamento existem diversas propostas de como melhor lidar com essa temática. O conceito de Quality Peace, por exemplo, contribui para o rompimento da dualidade entre paz positiva e negativa, propondo a criação de condições de vida digna e segura para a população no contexto pós-guerra como objetivo a ser alcançado pelo *peacebuilding*. Para tanto, é destacada a necessidade de garantir a manutenção de condições que evitem a erupção de novos confrontos, rompendo definitivamente o ciclo de violência. Está concepção mais ampla de *peacebuilding* não é adotada pelas intervenções da ONU possivelmente pelo seu grau de complexidade que não é atrativo para os participantes ou investidores da organização. (WALLESTEEN, 2015).

Outra abordagem alternativa é a TRANSCEND, a qual preza pelo diálogo mediado, um grupo por vez com o intuito de humanizar as partes do conflito. Visando uma atuação holística, ela demanda uma avaliação das causas históricas da discórdia e como evoluíram ao longo do tempo levando ao confronto. Essa avaliação prévia é de suma importância para compreender as especificidades do caso e adotar a postura correta durante uma possível

intervenção, de forma que não haja consequências indesejadas e as partes sejam capazes de manter o novo equilíbrio após o fim da intervenção (GALTUNG, 2007).

Além dessa avaliação caso a caso é necessário compreender porque o padrão de violência se repete em diferentes épocas e áreas. Segundo a TRANSCEND esse tipo de comportamento provém de uma frustração inicial causada por metas conflitantes, gerando uma relação problemática ainda que os atores envolvidos não o sejam. Em decorrência disso surge a polarização, a qual reforça a diferenciação dos atores. O processo polarizador cria uma identidade comum dentro de um grupo – chamado de Eu, dentro do qual costuma haver paz devido aos objetivos comuns – ao mesmo tempo em que desumaniza o Outro e torna mais fácil lutar contra ele (GALTUNG, 2007).

No entanto, a polarização isolada não é capaz de explicar porque as guerras acontecem. Para que uma rivalidade chegue às vias de fato é necessário que um ou mais atores tenham uma profunda cultura de violência. Esses ideais incutidos na população serviriam de justificativa para atacar o Outro, desumanizado e irracional em suas metas (GALTUNG, 2007).

Outro problema presente na forma como a guerra é analisada diz respeito às suas diferentes dimensões. Um conflito é gerado pela combinação entre atitude, comportamento e contradição. Entretanto, a ótica adotada pelas correntes *mainstream* de segurança tendem a focar nos dois primeiros fatores com mais empenho, ignorando que existe uma contradição entre as metas estabelecidas pelo Eu e as do Outro. Dessa forma, cria-se uma deslegitimação das metas do Outro (GALTUNG, 2007).

A abordagem TRANSCEND tem como objetivo reduzir essa polarização exacerbada através da mediação e gradual transcendência dos conflitos. Esse processo contribui para a criação de um equilíbrio entre as partes envolvidas, no qual as contradições sejam suavizadas a partir do diálogo e a consequente humanização do Outro. Em suma, é uma visão que vai além da paz como controle da violência direta, buscando solucionar problemas que não são levados em conta em abordagens *mainstream* (GALTUNG, 2007).

Uma das preocupações não levantadas pela paz liberal diz respeito à desigualdade socioeconômica. Essa disparidade dentro do capitalismo pode ser vista como fomentadora do desenvolvimento ao mesmo tempo em que enfraquece o elo entre a sociedade civil, os direitos humanos, o *rule of law*, a democracia, o desenvolvimento e o *peacemaking*; podendo ser um elemento causador de conflitos. Em vista disso, faz-se necessário ter uma abordagem mais

abrangente sobre a paz de forma que essa desigualdade não atrapalhe os esforços realizados anteriormente (RICHMOND, 2015).

Outra abordagem é a chamada virada local, a qual busca incorporar termos como empoderamento e apropriação local à agenda internacional. Para que isso ocorra existe um interesse no aumento da participação popular nos debates sobre a paz, bem como na sua implementação. Esta perspectiva destaca-se da paz liberal por trazer à tona as questões de poder, observando como atores internacionais costumam estar em níveis acima dos locais. A observação dessa diferenciação rompe com a ideia de neutralidade que as intervenções multilaterais buscam passar e pode contribuir para que as mudanças proporcionadas sejam mais duradouras (BORGES, MASCHIETTO; 2014).

Desde a década de 1990 esta vertente tem se desenvolvido cada vez mais como resposta ao discurso dominante, inicialmente com uma literatura focada na resolução e na transformação de conflitos e mais recentemente com uma literatura mais crítica. A proposta é de uma paz híbrida, que concilia os interesses internacionais com os locais e contesta a visão dos atores locais como meros objetos da intervenção. As especificidades locais adquirem um caráter fundamental, capazes de contribuir para o sucesso e a estabilidade da paz gerada pelas intervenções (BORGES, MASCHIETTO; 2017).

Uma visão mais utópica da paz é representada pelo pacifismo de Tolstói, o qual vê qualquer tipo de violência como ameaça, mesmo que seja em defesa da soberania dos Estados. Segundo essa percepção o patriotismo e a soberania são elementos que só contribuem para separar as populações da sua humanidade comum. Dessa forma, o problema não estaria na forma do governo, como entendia Kant, mas no Estado em si. A concepção de Tolstói é bastante radical no sentido de que tem no Estado um perpetrador da violência, não acreditando na cooperação entre eles para a obtenção da paz. Por conta da diferença irreconciliável com a estrutura do sistema atual não entraremos em detalhes nessa teoria (ATACK, 2017).

Conforme visto anteriormente, a paz liberal tem sido amplamente aceita, enquanto outras abordagens são desconsideradas. Enquanto alguns autores tentam trazer o debate sobre as diferentes percepções de paz à tona, atores centrais continuam pautando suas ações com base em conceitos pré estabelecidos. Na seção seguinte veremos como isso é aplicado nas operações de paz.

2.3 A paz liberal nas operações de paz

Apesar de ser um campo que ainda precisa ser mais explorado, é possível perceber que a visão ocidental de *peacemaking* e *peacebuilding* é predominante no que diz respeito às concepções adotadas dentro da ONU. Isso ocorre em grande medida porque as agendas dessas intervenções são elaboradas com base nos interesses e objetivos dos atores centrais em relação ao país-alvo, sem priorizar as percepções locais sobre o tipo de paz que deve ser implantado em determinado contexto. Esses atores principais são os Estados-membros do Conselho de Segurança, os quais possuem poder de veto, e os demais Estados envolvidos na implementação da operação. Por se tratarem de atores importantes não se costuma questionar a validade das suas ações e motivações (GELLMAN, 2010; RICHMOND, 2006).

Alguns elementos dessa concepção adotada pelas Nações Unidas remetem à paz perpétua de Kant, a qual se baseia em três níveis. No nível doméstico é preciso ter um sistema de governo representativo, com a divisão entre poderes legislativo e executivo. No internacional deve haver uma federação de Estados, garantindo a manutenção dos direitos e a segurança dos Estados com base em um sistema de leis internacional. Essa categoria se assemelha à própria ONU, a qual busca manter a ordem do sistema sem possuir autoridade sobre os países. Por fim, Kant propõe um nível ainda mais alto, chamado de direito cosmopolita, no qual os Estados reconhecem que os direitos de todos os cidadãos do mundo são iguais aos dos seus (ATACK, 2017).

Em contrapartida, alguns estudiosos dentro do campo dos Estudos de Paz afirmam que a objetividade da paz liberal pode atrapalhar na solução dos conflitos, por não abranger as diversas formas de violência existentes nos contextos em que ela é aplicada. Diferentes definições de paz priorizam ações diferentes, portanto, a paz liberal tende a priorizar a reconstrução das instituições e do mercado em detrimento do aspecto social e sua violência intrínseca (RICHMOND, 2006).

Além disso, porque os parâmetros ocidentais de ordem e segurança são bastante fixos, existe uma tendência de reconstrução dos países-alvo com base em visões pré-moldadas da realidade. Estes moldes são frequentemente baseados em ideais neoliberais, os quais acabam contribuindo para a perpetuação do *status quo* no lugar de contribuir para o desenvolvimento do país. Entre políticas de pacificação padrão e o desejo das elites nacionais de se identificar

com a sociedade ocidental existe nesse processo uma tendência para o abandono de tradições e formas tradicionais de solução de conflitos (GELLMAN, 2010).

Um exemplo de como a ONU se preocupa com os parâmetros ocidentais de paz é a forma como o *Responsibility to Protect* (R2P)² foi institucionalizado. Inicialmente idealizado para prevenir conflitos, nas Nações Unidas foi consagrado como um princípio através do qual a comunidade internacional é estimulada a intervir caso o governo de um país não seja capaz de proporcionar condições pacíficas de vida para a sua população, por exemplo em casos de golpes de Estado que ameacem a democracia. Um dos motivos para o questionamento da Responsabilidade de Proteger na visão da ONU é a reduzida importância dada à prevenção dos conflitos, uma vez que a ideia de Estados intervindo em problemas internos de terceiros é bastante problemática. Entretanto, não abordaremos o R2P em detalhes por se tratar de um princípio adotado já no século XXI, posteriormente ao fim da UNTAC (RICHMOND, 2006).

O arranjo das operações de paz tem sido constantemente influenciado por percepções militares e econômicas, as quais têm apresentado limitações na construção de uma paz estável e duradoura. Argumenta-se que a presença de teorias sociológicas possam ser mais benéficas na elaboração e implementação dos mandatos através da contenção das desigualdades que contribuem para o surgimento de conflitos e dificultam a solução dos mesmos (RICHMOND, 2015).

Em contrapartida, no atual momento a percepção da paz tida pelo Conselho de Segurança é bastante militarizada, o próprio nome do órgão deixa transparente a securitização de suas discussões. Consequentemente, o outro grupo com quem se trava um conflito é visto como um rival que deve ser parado a todo custo. Não existe uma preocupação com a melhora da relação entre os diferentes grupos envolvido no conflito, dando-lhes as ferramentas necessárias para a manutenção da paz após a retirada das tropas. Entretanto, essa visão

² O R2P surge em um contexto de insatisfação da comunidade internacional com os sucessivos fracassos das intervenções humanitárias. O relatório “Responsibility to Protect” escrito pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania de Estado em 2001 visava criar uma alternativa mais eficiente e benéfica às populações dentro do contexto das Nações Unidas (ICISS, 2001). Contudo, *Responsibility to Protect* proposto pela ICISS sofreu alterações para poder ser instituído como princípio da ONU. Passa a ser destacada a responsabilidade dos demais Estados intervirem em proteção dos direitos humanos quando o governo do país em que elas ocorrem não é capaz de conter e solucionar o problema. (AMSTUTZ, 2013).

securitizada pode ser beneficiada pela adoção de elementos de despolarização e mediação (GALTUNG, 2007).

Em suma, a ideia da paz liberal é importante para pensar contextos de conflito. Sua configuração restrita contribui para a elaboração de mandatos concisos para as operações de paz. Além disso, a validação dada pelos países ocidentais e organizações internacionais contribui para que os questionamentos sobre este conceito sejam frequentemente ignorados fora da comunidade acadêmica. Todavia, contextos que pouco ou nada se parecem com a sociedade ocidental têm pouco a ganhar de uma abordagem universalista como esta. Tendo em vista essas dificuldades geradas pela percepção simplista e estática da paz utilizada nos mandatos das operações de paz das Nações Unidas, o presente trabalho visa compreender de que forma isso afetou a implantação da Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) e os resultados obtidos. Para isto analisaremos no próximo capítulo a história deste país, observando como o poder político tem se manifestado ao longo dos séculos e quais as suas consequências.

3. HISTÓRIA DO CAMBOJA

3.1 Angkor Wat

No presente capítulo veremos como se desenvolveu a história do Camboja. Desde o período áureo do império Angkor no século XII, passando pela colonização francesa e culminando na conturbada segunda metade do século XX, período no qual o país passou por sucessivos golpes e regimes autoritários. Este apanhado histórico se faz necessário para que se

compreenda o contexto em que o Khmer Vermelho realizou assassinatos em massa, como o Vietnã envolveu-se no processo de pacificação e porque esses acontecimentos foram vistos como passivos de intervenção internacional através da UNTAC.

Faz-se necessário destacar neste ponto a dificuldade de obter fontes precisas e confiáveis sobre a história do país. Em relação aos escritos antes do século XX, eles são largamente baseados em relatos de viagens e outros escritos de europeus que passavam pela região. Relatos da população local da época não foram encontrados ou não existem em decorrência da tradição oral. Mesmo no século XX o estabelecimento de fontes confiáveis é complicado em decorrência dos sucessivos golpes, o desencorajamento da população em escrever sobre a sua história expresso pelo rei Sihanouk e a perseguição de profissionais acadêmicos pelo Khmer Vermelho (CHANDLER, 2009; GELLMAN, 2010; KIERNAN, 2004). Dessa forma, o apanhado histórico realizado aqui baseia-se em textos de autores ocidentais que buscam fazer uma reconstrução desse grande intervalo de tempo.

É difícil precisar quando foi iniciado o povoamento da área que hoje chamamos de Camboja. A história inicial do país se mistura com um folclore de deuses inspirado pela cultura indiana que ao longo dos séculos tornou-se difícil de separar da realidade. Um marco significativo nessa história é o *Angkor Wat*, templo construído no século XII pelo rei Suryavarman II. Esta grandiosa estrutura, cujas ruínas existem até os dias atuais, é símbolo nacional, estando presente na bandeira do país. Este templo, assim como a maior parte dos outros espalhados pelo país, vem de uma época em que os reis construíam obras grandiosas para demonstrar seu poder. Deste modo, o Angkor Wat simboliza o passado ilustre do reino Khmer, bem como os fundamentos do poder tradicional no país: absolutismo e hierarquia (AYRES, 2000).

A adoção do budismo Theravada pela maioria da população a partir do século XVIII contribuiu significativamente para a redução da construção de templos e tumbas gloriosas como era costume anteriormente, isso porque a religião considerava a construção dessas obras monumentais como sendo fruto de vaidade e megalomania. Com o passar do tempo os reis Khmer passaram a assimilar esses ideais e usá-los em seu favor (TULLY, 2005).

A relação próxima entre o Budismo e a monarquia tornou-se a base principal da estabilidade no local, uma vez que a sua doutrina encoraja a união das pessoas, as quais são imperfeitas e necessitam ser guiadas e protegidas. Dessa forma, a existência de uma classe

superior para governar era justificada pela religião adotada pela maioria. Ao longo da história do país a submissão do povo aos governantes é uma característica comum (AYRES, 2000).

Não obstante ter tido um passado grandioso de reis e templos durante o império Angkor, o Camboja que será analisado mais profundamente aqui diz respeito ao século XX, período no qual o país teve uma história conturbada. É importante destacar que o Camboja já vivia em um contexto de conflito intermitente desde séculos anteriores. Um exemplo dessa realidade foi o massacre dos vietnamitas autorizado pelo rei Khmer Ang Snguon em 1751. A rivalidade étnica entre o povo Khmer e os vietnamitas vem desde tempos imemoriais externada em ciclos de conflito, sendo o genocídio praticado pelo regime de Pol Pot apenas a faceta mais recente dessa relação conturbada (CHANDLER, 1979; KIERNAN, 2004).

O intervalo que se iniciou com a colonização francesa passou por diversos momentos de instabilidade culminando no regime ditatorial do Khmer Vermelho na década de 1970. A derrota deste governo por tropas vietnamitas e sua posterior ocupação do país despertaram o interesse da comunidade internacional para a necessidade de intervenção no país resultando na implementação da UNTAC (KIERNAN, 2002).

3.2 Período colonial

Após sucessivas tentativas fracassadas de portugueses e espanhóis transformarem o Camboja em colônia ao longo do século XVI, apenas em 1863 a França conseguiu estabelecer um protetorado na região, unindo Camboja, Vietnã e Laos na chamada Indochina francesa. Enquanto que as tentativas ibéricas buscavam estabelecer um domínio através do relacionamento de seus comandantes com os líderes locais e tropas limitadas, os franceses obtiveram sucesso a partir da imposição da força em um momento de conflito entre Vietnã e Camboja (TULLY, 2005).

O domínio da França no Camboja perdurou pelos séculos XIX e XX, período no qual a monarquia nacional continuou no poder apenas de forma simbólica. O real poder estava nas mãos dos grupos de vietnamitas que falavam francês e agiam em favor de seus líderes franceses. A monarquia foi mantida com o objetivo de sustentar a estabilidade do país (CHANDLER, 1979).

Em contrapartida, os pesados tributos impostos pelos franceses contribuíram para um desgaste gradual das relações entre os dois povos. Altas taxas eram cobradas dos produtores

de arroz, sal, ópio, álcool, entre outras. Pessoas que não eram capazes de pagar seus impostos com dinheiro deveriam fazê-lo na através de trabalho não-remunerado para o governo. A situação agravou-se durante a Primeira Guerra, quando a França passou a cobrar cada vez mais da população e recrutá-la para serviços militares. Essas injustiças, no entanto, não foram capazes de despertar uma revolta generalizada. (CHANDLER, 2009).

Enquanto as minorias chinesa e vietnamita se filiavam respectivamente ao Kuomintang e milícias ilegais baseadas nos ensinamentos de Marx, o povo Khmer parecia imune à onda socialista que se espalhava pela região. Essa situação começou a mudar na segunda metade da década de 1920 com a criação de revistas culturais na língua Khmer. Apesar de não tratarem de assuntos políticos, essas publicações contribuíram para a formação de uma identidade comum, elemento fundamental para o movimento nacionalista que surgiria nas décadas seguintes (TULLY, 2005).

Em 1939 o nacionalismo cambojano ainda era um movimento fraco e difuso. Para o povo do Camboja a presença francesa era vista como uma proteção dos inimigos vietnamitas, os quais chegaram perto de assimilar o território Khmer ao seu no século XIX, antes da unificação promovida pela França. Não havia incentivos para fortalecer o movimento. Contudo, a Segunda Guerra representou uma ruptura do poder francês sobre suas colônias e um novo estímulo. O almirante Jean Decoux, governador-geral da Indochina francesa declarou seu apoio ao governo de Vichy em 1940 passando a adotar as leis de Nuremberg, criando campos de concentração e aplicando medidas de austeridade (TULLY, 2005).

O enfraquecimento da França na Europa contribuiu para a ocupação japonesa na Indochina, a qual favoreceu a mudança da situação política do Camboja e facilitou o posterior processo de independência. Impensável em 1939, ao final da Guerra a independência do país tornou-se uma mera questão de tempo. O exército japonês tinha como objetivo ganhar controle sobre as commodities e estacionar tropas no local, ao que os franceses atenderam através de concessões (CHANDLER, 2009; TULLY, 2005).

Estas permissões dadas ao exército japonês representaram uma forma dos franceses manterem-se no poder. Em outras partes do sudeste asiático o Japão já havia expulsado colonizadores, encarcerado oficiais e tomado o controle das colônias. Além de permitir estada de outro país em sua colônia, os oficiais franceses também buscaram conservar seu domínio por meio de obstáculos ao fortalecimento do movimento nacionalista, com a vigilância da população pela polícia e a adição de membros locais à administração (CHANDLER, 2009).

Nesta época a monarquia cambojana era representada pelo rei Sisowath Monivong, um Khmer fortemente influenciado pela cultura francesa. Sisowath morreu em um estado de profunda desesperança com a impotência dos franceses frente aos invasores japoneses. Seu sucessor foi Norodom Sihanouk, uma figura emblemática e polêmica na história recente do Camboja, conforme será visto ao longo deste capítulo e do próximo. Inicialmente Decoux acreditava que o jovem rei pudesse ser tratado como fantoche, algo que vinha ocorrendo com os reis anteriores. Entretanto, Sihanouk soube usar o crescente nacionalismo do país em seu favor (TULLY, 2005).

Um dos eventos chave no processo de independência foi a tentativa das autoridades francesas de alterar a escrita original da língua Khmer, a qual é baseada nos caracteres do Sânscrito, por uma nova versão em caracteres latinos chamada de quoc ngu khmer. Essa alteração já havia sido realizada com sucesso no Vietnã, onde a língua era originalmente escrita com caracteres chineses. Entretanto, para a população do Camboja essa foi mais uma prova de que os franceses estimulavam a manutenção da cultura apenas na medida em que lhe era benéfico, não estando preocupados com a verdadeira conservação das tradições nacionais (TULLY, 2005).

Vendo esse desconforto entre franceses e cambojanos, as tropas japonesas organizaram um golpe em março de 1945 com o interesse de tornar o país independente e facilitar a transferência dos recursos de que necessitavam. Não obstante, o novo governo de Sihanouk, escolhido pelos japoneses para continuar comandando o país, fez pouco mais que reverter o decreto de implantação do quoc ngu khmer. Neste período inicial o jovem rei ainda era fortemente influenciado pelos ideais franceses incutidos pela sua educação e pelos conselhos do general Decoux. Com o fim da Guerra o Japão se retirou da região e o Camboja voltou a ser domínio francês (CHANDLER, 2009; TULLY, 2005).

Um dos erros de Sihanouk nesse período foi ignorar deliberadamente o Khmer Vermelho na formação de seu governo. Essa medida contribuiu para a separação cada vez maior do grupo guerrilheiro com relação ao sistema político. Enquanto Sihanouk obtinha apoio dentro do aparato estatal, o Khmer Vermelho expandia sua base entre a população do campo (TULLY, 2005).

3.3 A independência

Apesar da tentativa do Japão de promover a independência do país durante a guerra foram necessários mais alguns anos para que ela ocorresse. O Camboja obteve sua independência de fato na década de 1950 sob a liderança do rei Norodom Sihanouk. Desta maneira, a monarquia voltava efetivamente a ser a forma de governo do país, sem interferência direta de líderes estrangeiros (KIERNAN, 2002).

Após um breve período de retorno do comando francês, Sihanouk se desentendeu com seus superiores em relação às concessões dadas ao governo local. Em março de 1953 ele demandou a independência imediata do país, caso contrário o Camboja se tornaria comunista. Durante a Guerra Fria essa era uma ameaça crível e temida, motivo pelo qual o governo francês reconheceu a independência em agosto e retirou todas as suas tropas do país até novembro do mesmo ano. Sihanouk ainda era jovem quando liderou o processo de independência, mas sua ambição e inteligência estiveram sempre em seu favor, possibilitando que ele moldasse o sistema político conforme lhe era favorável (TULLY, 2005).

Sihanouk adotou um posicionamento de neutralidade frente à Guerra Fria, visando manter o país afastado do conflito. Todavia, alguns grupos nacionais viam essa política neutra como favorável aos Estados Unidos, criando um clima de animosidade por parte de seus adversários. Sihanouk, em contrapartida, via a política de neutralidade como uma jogada pragmática para evitar o envolvimento do pequeno Camboja em um conflito de gigantes (KIERNAN, 2002).

Visando reforçar a neutralidade do Camboja, Sihanouk negociou o reconhecimento da independência com a China e a URSS sob a promessa de não permitir o estabelecimento de bases militares dos EUA em seu território. Em 1955 ele participou da conferência dos países não alinhados em Bandung. Independentemente de receber uma ajuda econômica mais significativa do bloco socialista, o país nunca se declarou aliado de nenhuma das partes (TULLY, 2005).

Também em 1955, Sihanouk abdicou do trono em favor de seu pai, Norodom Suramarit. Essa jogada foi necessária para que ele pudesse concorrer na eleição que estava organizando com o objetivo de consolidar a legitimidade de seu governo. Todavia, esse processo eleitoral não ocorreu livre de interferências. Enquanto ainda estava à frente do governo, Sihanouk realizou um referendo com base no qual diversos partidos foram

amalgamados em um só. As eleições foram realizadas entre o Sangkum, o partido do governo; o partido democrata e o partido comunista (TULLY, 2005).

Com a vitória do Sangkum na eleição, Sihanouk estava determinado a governar o país conforme achava melhor, contando com uma equipe de apoio limitada. Entre os membros dessa equipe é importante citar Sirik Matar e Lon Nol, os quais viriam a ser importantes em um momento subsequente da história do Camboja. Após a eleição, Sihanouk ainda permaneceu no governo até 1970 (TULLY, 2005).

Durante a década de 1960, o líder eleito perdeu gradualmente o controle sobre seu território em virtude do aumento das áreas controladas pelo Khmer Vermelho. Essa instabilidade foi agravada pela intensificação da Guerra do Vietnã, que apresentou diversas consequências para o país vizinho. Entre a redução das exportações e acolhida de refugiados, o regime Sihanouk foi enfraquecido (KIERNAN, 2002).

No início de 1963 Sihanouk divulgou uma lista de pessoas suspeitas de tramarem para derrubar seu governo. Entre esses nomes estava o de Saloth Sar, que viria a ser conhecido a partir da década de 1970 como Pol Pot, o líder do Khmer Vermelho. Na época Sar era apenas um professor de escola de ideologia comunista. Por ser filiado ao partido comunista clandestino ele optou por fugir para o Vietnã do Norte, onde estaria protegido. Sar e seus camaradas foram prontamente recebidos e obtiveram apoio nessa fase inicial, ainda que o tenha negado em pronunciamentos posteriores (CHANDLER, 2009).

No decorrer de seu governo Sihanouk passou de uma postura neutra para uma favorável ao bloco comunista, ainda que continuasse afirmando a neutralidade de seu governo. Isso ocorreu em grande parte devido à prioridade que o Vietnã do Sul e a Tailândia recebiam na política externa dos Estados Unidos enquanto o Camboja era ignorado. Assim, em 1964 Sihanouk rompeu relações com os Estados Unidos e estatizou uma série de empresas. Dois anos depois aliou-se secretamente ao Vietnã do Norte e permitiu a instalação de bases no território cambojano (CHANDLER, 2009).

Devido a esse comportamento visto como errático pelas elites, a equipe de apoio do primeiro-ministro buscou obter cada vez mais poder sobre o governo. Com essa transição de poder das mãos de Sihanouk para seus assessores, Sirik Matar começou a persuadir Lon Nol para intensificar esse processo. Em 1969 Lon Nol se recusou a aceitar a nova composição dos ministérios até que ele mesmo pudesse escolher os ministros e que esses políticos

respondessem a ele e não a Sihanouk. O próprio Sirik Matar não era capaz de fazer isso por não contar com apoio significativo dentro do partido (TULLY, 2005).

Por outro lado, Lon Nol era apoiado pelo exército, pela elite comercial e pelos grupos conservadores. Essas pessoas tinham em comum a visão do comportamento de Sihanouk como constrangedor e desastroso. O rompimento da relação com os Estados Unidos havia eliminado cerca de 15% do orçamento anual do país e a estatização das empresas havia as colocado nas mãos de oficiais que não sabiam como administrá-las (TULLY, 2005).

Mesmo após essas mudanças para conferir mais estabilidade ao país, alguns setores ainda se mostravam insatisfeitos. Sirik Matar continuava a pressionar Lon Nol para afastar o primeiro-ministro do poder. Em 17 de março de 1970, após meses de pressão da elite, ele finalmente assinou um documento que demandava à Assembleia Nacional a deposição de Norodom Sihanouk, ordem que foi prontamente acatada. A partir de então Lon Nol se tornou o novo primeiro ministro e Sirik Matar continuava a ser um importante conselheiro para este líder (TULLY, 2005).

3.4 Governo Lon Nol

Em 1970 Sihanouk foi deposto pelo General Lon Nol, o qual é visto por muitos como um fantoche dos Estados Unidos que servia para balancear o equilíbrio da região e conter a ameaça socialista do Vietnã em um momento no qual o Camboja mostrava-se cada vez mais favorável a essas ideias. Tanto a China quanto a União Soviética acreditavam que a manutenção da neutralidade do país em relação à Guerra Fria propiciada pelo novo governo escondia um alinhamento sutil aos Estados Unidos (GELLMAN, 2010).

Em seguida ao golpe que depôs Sihanouk, Lon Nol se consagrou como primeiro-ministro e Cheng Heng tornou-se o novo presidente. Apesar da deposição ter sido arquitetada internamente, havia uma crença entre os membros do partido de que os Estados Unidos se importavam com a situação do país após o firmamento de acordos com o novo governo. Entretanto, com o início do mandato de Nixon em 1972 houve uma aproximação com a China que deixou os líderes cambojanos desapontados com a interação entre seus aliados e inimigos (TULLY, 2005).

Ao mesmo tempo em que o golpe era popular e reconhecido nas zonas urbanas, a população rural mostrava-se indiferente à mudança de governo. Essa população queria apenas

melhorar suas condições de vida, sem se importar com quem o faria. Tendo sido deixados à parte da eleição e do aparato político como um todo, o Khmer Vermelho viu nos camponeses uma oportunidade de estabelecer sua base de apoio (TULLY, 2005).

Com a sua exclusão do poder governamental, Norodom Sihanouk decidiu unir força com seus antigos inimigos, apesar de posteriormente alegar ter sido forçado a estabelecer a aliança. Em 1970 fundou um novo partido, a Frente Nacional Unida do Kampuchea (FUNK), no qual se unia à liderança do Khmer Vermelho (TULLY, 2005).

Paralelamente, Lon Nol via todos os vietnamitas como comunistas e responsáveis pelos protestos favoráveis à Sihanouk. Sendo essas justificativas para a detenção e o assassinato em massa dessa população. Durante o seu governo teve início a perseguição de alguns grupos da sociedade, como a minoria vietnamita, o que possivelmente abriu precedente para a limpeza étnica praticada no final da década de 1970 (KIERNAN, 2002; TULLY, 2005).

Além da perseguição à minoria vietnamita, o país enfrentava uma guerra civil - o Sangkum e o Khmer Vermelho estavam em constante disputa armada pelo controle de territórios - que drenava boa parte dos seus recursos, especialmente em decorrência dos esquemas corruptos dentro do governo e do exército. Devido à prática dos comandantes de esconder a morte de membros de sua tropa para continuar recebendo seus salários não se pode ter certeza do número de mortes relacionadas à guerra nesse período. Estima-se que foram entre 150 e 750 mil (TULLY, 2005).

Além do aumento da corrupção durante este período, a guerra civil também representava um grande risco para o governo: a perda de controle territorial. Entre áreas dominadas pelo comunistas e outras para onde a Guerra do Vietnã havia se espalhado, o governo de Lon Nol controlava apenas a capital e algumas poucas províncias (CHANDLER, 2009).

Em virtude desses problemas, durante os cinco anos de duração da República Khmer a população nacional passou de esperançosa com o fim do governo instável e corrupto de Sihanouk para desapontada com a nova onda de corrupção durante o mandato de Lon Nol. A crise econômica se agravou cada vez mais com a inflação crescente, queda nas exportações, déficit no orçamento e dependência da ajuda econômica e militar dos Estados Unidos. Essa dependência provou-se perigosa quando os americanos mudaram de posicionamento e passaram a atacar o Camboja (TULLY, 2005).

Em suma, o período foi caracterizado pela corrupção, desânimo e faccionalismo. O governo de Lon Nol não tinha o controle de todo o território nacional ou o apoio popular. Entre as dificuldades impostas pela súbita transição da duradoura monarquia para um modelo democrático e republicanista e a falta de controle sobre o país que deveria governar, a República de Lon Nol não representou um adversário significativo para o grupo guerrilheiro Khmer Vermelho, que tomou o poder em 1975 (AYRES, 2000).

3.3 Khmer Vermelho

3.3.1 Ascensão ao poder e ideologia

Com sua defesa da vida agrícola como modelo ideal e a rivalidade com o corrupto governo de Lon Nol, o Khmer Vermelho obteve pouco a pouco o apoio da população, insatisfeita com a corrupção que dominava o governo nacional. Graças a isso o grupo comandado por Saloth Sar, sob seu codinome Pol Pot, conseguiu obter o controle das áreas rurais do país, tornando-se um forte adversário do governo oficial (KIERNAN, 2002).

Inicialmente Saloth Sar e alguns de seus camaradas do Partido Comunista do Kampuchea (CPK) eram professores e, por isso, tornaram-se populares entre intelectuais, monges e estudantes. A combinação entre a postura dedicada e estrita durante as aulas e o fervor com o qual odiavam privilégio e corrupção apelava fortemente às pessoas cansadas com a corrupção e desigualdade propagadas pelos governos de Norodom Sihanouk e Lon Nol (CHANDLER, 2009).

O Khmer Vermelho surgiu como um grupo dentro do CPK, composto principalmente por cambojanos que haviam estudado em escolas francesas e tinham uma forte vontade de mudar a realidade do país. Para que essa mudança ocorresse eles acreditavam ser necessária uma revolução comunista e a derrubada do governo atual. Por esse motivo o grupo entrou na ilegalidade durante o governo Sihanouk, período no qual alguns de seus membros buscaram refúgio no Vietnã comunista (KIERNAN, 2002).

Durante o período em que esteve fora do Camboja, Pol Pot estabeleceu relações com os líderes comunistas do Vietnã e da China. Contudo, a vontade dos líderes vietnamitas de subordinar os interesses cambojanos aos seus próprios não era aceitável a Pol Pot, levando-o a aproximar-se mais da China. Essa visita representou um marco na separação dos projetos

comunistas nos dois países. A partir de 1966 os principais líderes do futuro Khmer Vermelho isolaram-se da população em geral para polir suas ideias utópicas e planejar a deposição de Lon Nol (CHANDLER, 2009).

Os valores estabelecidos pelo Khmer Vermelho eram baseados no nacionalismo, xenofobia, ideologia agrária e em técnicas de guerrilha. A lealdade dos participantes era assegurada pela doutrinação ideológica, disciplina hierárquica estrita e terror psicológico. Dessa forma, enquanto governos focados na cidade como os de Sihanouk e Lon Nol sofriam para manterem-se no poder, o Khmer Vermelho ia obtendo mais apoio no interior (WESLEY, 1995).

Em 17 de abril de 1975, o CPK marchou sobre Phnom Penh, a capital do país, e derrotou de fato a República Khmer de Lon Nol. A população da cidade foi imediatamente evacuada para o campo para que pudessem retornar ao ideal modo de vida agrário, longe da influência ocidental, o mais rápido possível. Em seguida foi instaurado o Kampuchea Democrático, baseado nos valores camponeses e comunistas (KIERNAN, 2002).

Quando as tropas do Khmer Vermelho marcharam sobre as ruas de Phnom Penh a população local sentiu-se inicialmente aliviada pelo fim do governo de Lon Nol, da mesma forma que havia ocorrido quando este depôs Norodom Sihanouk. Outro choque causado pelo grupo foi a supressão dos títulos diferenciais usados durante longo tempo para caracterizar as relações sociais hierárquicas existentes no país. Na ótica dos guerrilheiros esses títulos eram vistos como resquícios de uma ordem anterior que deveria ser substituída por relações horizontais de cunho mais igualitário. Essas concepções eram tidas como elementos de atraso para a autonomia nacional como o individualismo, laços familiares, budismo, modo de vida urbano, dinheiro, propriedade e a monarquia. Assim, o governo de Pol Pot destruiu os antigos padrões de relações sociais e a economia de mercado, usando o poder estatal para atacar e fomentar a rivalidade entre os camponeses e os grupos traidores (AYRES, 2000).

Após chegar ao poder, o Khmer Vermelho buscou centralizá-lo através do isolamento do país em relação ao mundo exterior e da despopulação das cidades, além de estimular o anti-intelectualismo e o anti-clericalismo na população. Ou seja, incentivar o desprezo à educação formal e à religiosidade. Dessa forma, os elementos tidos como base do sucesso nas cidades passaram a ser vistos como uma traição à sociedade nacional (WESLEY, 1995).

Uma das medidas tomadas para afastar o Camboja das influências externas foi a reescrita da história. Com o fechamento das escolas, a população em geral não tinha mais

acesso a esse tipo de informação. Entretanto, os membros do Khmer Vermelho passaram a aprender uma história diferente, na qual a participação vietnamita foi completamente excluída da fundação do partido, bem como da tomada do poder em Phnom Penh. Sendo o governo a única fonte de informação essa doutrinação tornou-se verdade absoluta e o Vietnã passou de aliado para inimigo (FRINGS, 1997).

3.3.2 O genocídio

A duração do Kampuchea Democrático foi marcado pelo assassinato em massa da população. Grupos antes prestigiados da população - ricos, monges, intelectuais - passaram a ser perseguidos sistematicamente pelo governo. Além deles, minorias étnicas foram alvos de genocídio, mesmo entre os camponeses de base. A perseguição aos grupos intelectuais e residentes das cidades pode ser vista como uma tentativa de limpar a sociedade cambojana das influências burguesas e da religião. Grupos antes tidos como importantes e centrais passaram a ser tidos como influenciados pelo mundo ocidental e que deviam ser eliminados para evitar a contaminação da pura sociedade agrária, tida pelo novo governo como o modelo ideal (GELLMAN, 2010).

Monges budistas e professores, ambos responsáveis pela educação no país, eram vistos como ameaças pelo governo. O Khmer Vermelho considerava a educação formal uma ferramenta capitalista de doutrinação das massas, afastando-os dos campos agricultáveis em que deveriam estar. Em virtude disso profissionais foram mortos, escolas fechadas e bibliotecas queimadas. Perseguições menos sistemáticas também foram direcionadas às minorias chinesa e muçulmana (KIERNAN, 2004).

Dessa forma, a perseguição da minoria vietnamita iniciada no governo Lon Nol foi intensificada e passou a ser direcionada a outros grupos que ameaçavam a pureza da sociedade Khmer. Passaram a ser oprimidas diversas classes da sociedade cambojana. Em especial viraram alvos de perseguição as pessoas que possuíam altos níveis de educação, pois acreditava-se que essas pessoas estavam contaminadas pelos ideais ocidentais e capitalistas (KIERNAN, 2002).

Neste ponto é importante destacar a definição de genocídio das Nações Unidas. Conforme o artigo II da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, ele pode ser definido como:

Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo. (OHCHR, 1948).

Tendo em vista esta definição é possível perceber que a perseguição promovida pelo Khmer Vermelho pode ser considerada um genocídio dentro dos parâmetros das Nações Unidas. Apesar disso, há controvérsias sobre quando a organização passou a demonstrar interesse em solucionar o conflito interno do Camboja. Alguns autores afirmam que ainda em 1979 a Assembleia Geral condenou a invasão vietnamita e solicitou que o Secretário Geral passasse a monitorar esta situação. No entanto, não houve mudança significativa no posicionamento da organização frente ao genocídio ou à invasão (WESLEY, 1995).

Não existe certeza sobre a quantidade de pessoas assassinadas pelo Kampuchea Democrático. Os líderes do Khmer Vermelho afirmam terem sido apenas 20.000, a quantidade mais baixa entre todas as estimativas. Em geral elas costumam variar entre um e três milhões, um número bastante significativo se levarmos em consideração a população de 5,7 milhões estimada pelo censo de 1962. A previsão de mortes para cinco anos em um período pacífico - o que inclui mortes por causas naturais, epidemias e assassinatos - era de 800.000 pessoas. Deste modo, considera-se no mínimo 200.000 pessoas morreram em decorrência dos conflitos ocorridos no Kampuchea Democrático (HEUVELINE, 1998).

Além da recusa do próprio Khmer Vermelho em proporcionar os reais números, é importante lembrar que as décadas de 1970 e 1980 como um todo foram conturbadas para o país. O período que se iniciou com a ascensão de Lon Nol ao poder, passando pelo Kampuchea Democrático e culminando com a invasão vietnamita foi perpassado pela guerra civil, por ataques americanos e pela fome generalizada de 1979. Consequentemente, os resultados do genocídio foram agravados por uma série de problemas conectados direta ou indiretamente (HEUVELINE, 1998).

Enquanto o genocídio praticado pelo Khmer Vermelho ocorria, uma série de atores importantes não estavam interessados em impedi-lo. Por razões geopolíticas relacionadas à Guerra Fria, Estados Unidos e China viam o regime do Kampuchea Democrático como um mal necessário. Isto é, como um contraponto ao fortalecimento do novo governo vietnamita.

Apesar de ambos os países adotarem uma postura comunista, a aversão do grupo de Pol Pot aos vizinhos era maior que a possibilidade de aproximação gerada pela ideologia em comum (KIERNAN, 2004).

Por baixo dos panos o governo do Camboja recebia apoio dos Estados Unidos durante as administrações Carter, Reagan e no primeiro mandato de Bush. Havia um encorajamento para que os chineses dessem apoio a Pol Pot, algo que eles não podiam fazer diretamente. Assim, enquanto minorias étnicas e diferentes classes da população eram massacradas, no cenário internacional não havia um questionamento substantivo da situação. (KIERNAN, 2004). Na seção veremos como chegou ao fim o governo do Khmer Vermelho no Camboja.

3.4 Domínio vietnamita

Entre 1978 e 1979, uma série de ataques das tropas vietnamitas derrubaram o Khmer Vermelho. Inicialmente essas tropas deveriam apenas libertar o Camboja, mas permaneceram no país por dez anos. Dessa forma, a “liberação” proporcionada pelo Vietnã socialista contribuiu para a perpetuação das contendas sociais e deixou as áreas rurais abandonadas o bastante para que o Khmer Vermelho continuasse exercendo sua influência em áreas remotas do país e fora do aparato governamental (GELLMAN, 2010).

O período logo após o fim do regime do Khmer Vermelho divide as opiniões da população em decorrência da invasão/liberação vietnamita. Uma parte da população comemorou o fim do regime tirânico de Pol Pot, com a possibilidade de retornar para as cidades e suas realidades anteriores. Por outro lado, houve uma parcela que se ressentiu pela ocupação vietnamita e não celebrou o fim do regime genocida (TULLY, 2005).

Após a derrubada do Khmer Vermelho foi fundado um novo governo, a República Popular do Kampuchea (RPK), tendo como líderes membros desertores do regime anterior e cambojanos que haviam buscado refúgio no Vietnã ao longo da segunda metade do século XX. Integrantes que continuavam leais ao movimento, como o próprio Pol Pot, fugiram do país (CHANDLER, 2009).

Dentre os membros que abandonaram o Khmer Vermelho para fazer parte da nova administração do país podemos destacar Heng Samrin e Hun Sen, que viriam a ocupar cargos importantes. Independentemente de levantar a bandeira comunista como o governo anterior, a prioridade do RPK era restaurar os serviços básicos do país que estavam profundamente

deteriorados. Neste período a ajuda externa do Vietnã foi de suma importância, uma vez que outros países se recusavam a enviar recursos quando ainda viam o Kampuchea Democrático como governo legítimo do Camboja (TULLY, 2005).

Com o objetivo de obter mais legitimidade, o governo da República Popular do Kampuchea (RPK) realizou uma eleição em 1981, dois anos após o início do governo e sem a presença de partidos de oposição. Em 1985, Hun Sen foi declarado primeiro ministro e gradualmente delegou mais e mais poder para si (CHANDLER, 2009).

Não obstante ser independente em determinadas áreas, a RPK era fortemente influenciado pela sua contraparte vietnamita. A aproximação dos dois governos não era bem vista pelos países ocidentais, em especial os Estados Unidos, que temiam o fortalecimento do Vietnã na região. Por conta dessa aversão ao novo regime, o Kampuchea Democrático continuou usufruindo de benefícios governamentais como a ocupação do posto do Camboja na ONU (CHANDLER, 2009).

Em 1989, dez anos após a expulsão do Khmer Vermelho do poder, as tropas vietnamitas iniciaram a retirada completa do Camboja. Em seguida o governo de Hun Sen optou por mais uma vez mudar de nomenclatura passando a chamar-se Estado do Camboja (SoC na sigla em inglês). Essa medida tinha por objetivo proporcionar uma visão mais neutra de sua administração (TULLY, 2005).

Todavia, na década de 1990 foi intensificada a pressão internacional para que fosse realizada uma operação de paz no Camboja. O governo independente durou até 1991 quando o Acordo de Paz de Paris - o qual instituiu uma operação de paz com o intuito de solucionar os problemas governamentais do país - sendo substituído pela UNTAC e pelo Conselho Nacional Supremo (CNS) até a realização de uma nova eleição monitorada pela ONU (CHANDLER, 2009; TULLY, 2005). No capítulo seguinte veremos em mais detalhes como se desenvolveu essa operação e seus resultados para a recuperação da estabilidade no país.

4 – A PAZ LIBERAL NA UNTAC

4.1 Criação da operação

Conforme vimos no capítulo anterior, inicialmente não havia interesse dos líderes internacionais em combater o Khmer Vermelho. Este regime chegou ao fim através de uma intervenção vietnamita apoiada por cambojanos que haviam fugido do país (KIERNAN, 2004). A falta de julgamento e punição para os crimes cometidos pelo grupo de Pol Pot foi questionada duramente na Reunião de Jacarta em 1988, afirmava-se entre os participantes um consenso no sudeste asiático em prevenir o retorno das práticas genocidas deste grupo. O incidente foi reconhecido pela ONU de forma generalizada como abuso dos direitos humanos no passado recente, sem apontar diretamente seus culpados. (KIERNAN, 2002).

Apesar da tentativa de países asiáticos na Reunião de Jacarta e da Subcomissão de Direitos Humanos da ONU, apenas com a chegada da segunda reunião da Conferência de Paris foi que atores centrais como os Estados Unidos passaram a demonstrar interesse em evitar a nova ocorrência de um genocídio no Camboja. Mesmo esse reconhecimento da conjuntura precária em que se encontrava o país não veio acompanhado de uma condenação do governo de Pol Pot na década de 1970, conforme veremos ao longo deste capítulo (KIERNAN, 2004).

A despeito do reconhecimento dos países centrais sobre as atrocidades cometidas pelo governo do Khmer Vermelho, o grupo não recebeu muitas represálias internacionalmente.

Seja no período entre 1975-1979, quando a China e o Vietnã do Norte apoiavam o regime, ou nos anos de ação da Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) quando foi permitido que esse partido participasse das eleições, ainda que posteriormente ele tenha se recusado a cooperar com a operação e permanecido como força opositora (KIERNAN, 2002).

Do ponto de vista internacional o genocídio das minorias não havia sido percebido como um problema urgente que necessitava de intervenção da ONU. Países como China, Tailândia e Estados Unidos e a ASEAN apoiavam este regime e se opunham ao seu julgamento. Em virtude dessa aceitação, o Khmer Vermelho ocupou o assento do Camboja na ONU enquanto o país era de fato governado pelo Partido Popular Cambojano (PPC), aliado do Vietnã (KIERNAN, 2002).

Apenas em 1991, as atrocidades cometidas pelo governo de Pol Pot passaram a ser reconhecidas como genocídio pela ONU através da resolução “1991/8 *Situation in Cambodia*”, a qual propunha a tomada de medidas preventivas para evitar o surgimento de um contexto novamente propício a assassinatos em massa das minorias. Esta resolução não foi prontamente aceita pelas grandes potências, mas contribuiu para os debates que culminaram na assinatura dos Acordos de Paris no mesmo ano (KIERNAN, 2002).

Após reconhecer e analisar o caso do Camboja, a ONU passou a advogar a criação de um governo único e legítimo através de eleições livres e justas, as quais deveriam ser realizadas de forma neutra pelas próprias Nações Unidas. Essa iniciativa, fundamentada na paz liberal, tinha o intuito de promover a soberania, independência e neutralidade do país por meio da adoção de um sistema liberal, democrático, pluripartidário, promotor dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Para isso seria necessária a participação de todas as partes envolvidas no processo, mesmo não havendo um consenso entre elas (WESLEY, 1995).

Visando produzir um acordo de paz abrangente para selar o fim do conflito e da intervenção unilateral, a Conferência de Paris sobre o Camboja foi organizada em duas reuniões realizadas em 1989 e 1991 por iniciativa do governo da França. Participaram da Conferência majoritariamente países da Ásia, os membros do Conselho de Segurança e representantes do Movimento dos Não-Alinhados (ONU, 1991).

O Camboja foi representado na primeira reunião pelos quatro partidos centrais: FUNCINPEC, FNLPK, PPC e Khmer Vermelho; os quais fizeram parte de um comitê *ad hoc*

para lidar com a reconciliação política. A dinâmica da Conferência foi guiada por três comitês, que lidavam com diferentes áreas do conflito: problemas militares, garantias internacionais e repatriação de refugiados (ONU, 1991).

Não obstante os esforços realizados na sessão de 1989, não foi possível chegar a um acordo bem elaborado. Por conta disso, foi organizada uma segunda parte da Conferência. Entre as duas reuniões os presidentes dos comitês, o secretário-geral e os membros do Conselho de Segurança continuaram debatendo sobre como desenvolver o acordo. Na segunda reunião o Camboja foi representado apenas por Norodom Sihanouk, o qual havia sido eleito presidente do Conselho Nacional Supremo (CNS) meses antes através de uma votação interna entre os representantes da Conferência (ONU, 1991).

O príncipe Norodom Sihanouk foi eleito em julho de 1991 como presidente do CNS, cargo no qual tinha como principais obrigações representar o poder máximo legal no Camboja, ocupar o assento do país nas reuniões da ONU até a realização da eleição e contribuir na organização da mesma. O Conselho contava com membros dos quatro partidos, inclusive do Khmer Vermelho (ONU, 1991).

O CNS foi fundado com o intuito de centralizar os quatro partidos do Camboja em um único fórum a partir do qual fariam parte das reuniões com a UNTAC, razão pela qual os partidos não participaram da segunda parte da Conferência de Paris. O então Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, advogava pela delegação de mais atribuições para o CNS. Contudo, os países negociadores optaram por entregar essas obrigações à própria UNTAC, temendo possíveis contendas dentro do CNS. Assim, apesar de ser considerado a autoridade máxima no período de transição o CNS dividiu suas incumbências com a UNTAC, a qual deveria supervisionar os órgãos nacionais diretamente responsáveis pela eleição (FINDLAY, 1995).

Ao final da segunda reunião da Conferência foram assinados os Acordos de Paz de Paris, também conhecidos como Acordo Abrangente, os quais dizem respeito a quatro acordos assinados em 23 de outubro de 1991, dando fim ao conflito do Camboja. As quatro partes são: a Ata Final da Conferência de Paris; o Acordo sobre a Resolução Política para o Conflito no Camboja; Acordo acerca da Soberania, Integridade Territorial, Inviolabilidade, Neutralidade e Unidade Nacional do Camboja e a Declaração o sobre a Reabilitação e Reconstrução do Camboja (ONU, 1991).

4.2 O mandato da operação

O mandato da UNTAC é reconhecido por seus meios e propósitos revolucionários e sem precedentes. Soberania, independência e integridade territorial e renovação da sociedade e da economia foram alguns dos temas abordados. O orçamento de US\$ 1.7 bilhão era uma novidade para operações de paz. O objetivo da operação era ambicioso: unir as facções beligerantes em um governo devidamente eleito e democrático. No decorrer deste capítulo veremos como ela se desenvolveu e seus principais resultados (FRANK, RICHMOND, 2010).

Por apresentar uma proposta bastante abrangente sobre a solução do conflito, os Acordos de Paris são considerados a base para o mandato da UNTAC. Eles apresentam cláusulas sobre a promoção de uma reconciliação nacional e do direito de autodeterminação por meio de eleições justas e livres. Discorrem sobre o cessar-fogo, o fim da ajuda militar externa e a retirada de forças estrangeiras do Camboja. Além de incluir a preocupação com os direitos humanos e com a ajuda aos refugiados e deslocados que decidiram retornar ao país após o fim do conflito (ONU, 1991).

O mandato da UNTAC mescla componentes militares e civis estando sob responsabilidade direta do Representante Especial do Secretário Geral designado para essa operação, o então diplomata japonês Yasushi Akashi. Como forma de manter o *accountability* foram escritos relatórios periódicos, os quais não serão analisados neste trabalho mas podem ser encontrados nas bases de dados das Nações Unidas (ONU, 1991).

Por ter sido criada com base no capítulo VI, esta operação não possuía mecanismos coercitivos. Não foram aplicadas sanções aos grupos envolvidos, as tropas só podiam atacar para sua própria defesa. Portanto, ela pode ser classificada como uma operação de paz de segunda geração, que contava primeiramente com as medidas diplomáticas e econômicas aliadas à realização de eleições justas para restaurar a paz e a estabilidade do país (AKASHI, 1994).

Um dos pontos falhos do mandato da UNTAC foi justamente não delegar aos encarregados da missão o poder de ameaçar ou usar força para cumpri-lo. Dessa forma, a operação não possuía autoridade para punir as ações de facções ou tropas que fossem de encontro aos objetivos propostos. O não-uso da força pela UNTAC foi interpretado como fraqueza frente aos desafios impostos pelo Khmer Vermelho. Inicialmente acreditava-se que a neutralidade seria benéfica para manter a paz no período anterior à eleição. Dessa forma, não

atacar o Exército Nacional do Kampuchea Democrático (NADK) significava para a UNTAC uma maior possibilidade de obter cooperação no futuro. Na prática, entretanto, ela representou uma permissividade para que os diferentes grupos armados desrespeitassem o cessar-fogo sem maiores consequências (WHALAN, 2014).

O mandato da UNTAC discorre sobre os principais elementos necessários para a paz liberal. Primeiramente reconhece a soberania do Camboja e dos países vizinhos. Em segundo lugar, ressalta a importância de realizar uma eleição justa e livre de interferência. Este assunto é abordado nos artigos de 12 a 14, além dos anexos 1 e 3. O desarmamento e cessar-fogo das facções internas e a retirada das tropas de outros países do território cambojano é abordado nos artigos de 8 a 11, na seção C do anexo 1 e no anexo 2. A organização das eleições é abordada na seção D do anexo 1 e no anexo 3, sendo a mais desenvolvida entre elas. O mandato é bem específico e detalhado quanto às obrigações da UNTAC nesse aspecto. Por fim, o anexo 5 elenca os princípios que devem estar presentes na nova constituição, como uma declaração dos direitos fundamentais, afirmação do Camboja como estado soberano e neutro, proibição da aplicação retroativa da lei criminal, a criação de um poder judiciário independente e a adoção da democracia liberal como forma de governo (ONU, 1991).

Outras questões abordadas no mandato incluem a repatriação voluntária dos refugiados nos anexos 2, 3 e 4. Por ser uma das principais metas da UNTAC ela é apresentada detalhadamente. A repatriação era um esforço conjunto com a ACNUR e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), as quais já possuíam experiência com os refugiados do Camboja. O problema das minas terrestres também é brevemente abordado no anexo 1 (ONU, 1991).

O componente dos direitos humanos seria responsável pela conscientização da população sobre seus direitos e liberdades. Suas principais atividades seriam realizar uma campanha de educação sobre o assunto, supervisionar a situação dos direitos humanos nas estruturas administrativas existentes e estabelecer mecanismos para investigar denúncias de abusos durante o período de transição (FINDLAY, 1995).

As obrigações da operação em relação a esta área são abordadas diretamente na seção E do anexo 1 e indiretamente no anexo 4, o qual também versa sobre a repatriação. Buscava-se desenvolver e implementar programas de educação sobre direitos humanos, monitorar a situação e investigar as denúncias realizadas (ONU, 1991).

Em virtude das diretrizes limitadas estabelecidas no Acordo de Paris, não havia regras ou fundos para ações voltadas para a população. Consequentemente, ações como cuidados médicos, escavação de poços, construção e reformas de escolas, orfanatos, clínicas e hospitais foram realizadas com organização *ad hoc* a partir dos interesses das tropas ou do apoio de seus governos, como foi o caso do batalhão holandês. Esses esforços contribuíram significativamente para a legitimidade local da UNTAC (WHALAN, 2014).

Em virtude das diretrizes limitadas estabelecidas no Acordo De Paris, não havia regras ou fundos para ações voltadas para a população. Consequentemente, ações como cuidados médicos, escavação de poços, construção e reformas de escolas, orfanatos, clínicas e hospitais foram realizadas com organização *ad hoc* a partir dos interesses das tropas ou do apoio de seus governos, como foi o caso do batalhão holandês. Esses esforços contribuíram significativamente para a legitimidade local da UNTAC (WHALAN, 2014).

Ao longo da atuação da UNTAC houve uma tentativa constante de mantê-la como ator neutro, mesmo quando eram demandadas ações mais diretas do ponto de vista dos direitos humanos. Neste ponto é importante ressaltar que com o aumento dos conflitos intraestatais no fim do século XX as violações dos direitos humanos serviram frequentemente como justificativa para as operações de paz. Dessa forma, a operação de paz no Camboja ia de encontro à tendência do momento de pautar as intervenções na defesa dos direitos humanos (AKASHI, 1994; AMSTUTZ, 2013).

De acordo com a ONU, a UNTAC pode ser considerada um caso de sucesso. Acredita-se que desde seu início em 1992 até a retirada das tropas após a promulgação de uma constituição para o país em setembro de 1993 a operação foi capaz de cumprir as principais obrigações firmadas na Conferência de Paris em 1991. (DPKO, s/d). Todavia, uma análise mais aprofundada dos componentes da UNTAC revela que o aclamado sucesso esconde uma série de falhas na implementação do mandato (FINDLAY, 1995; FRANK, RICHMOND, 2010; WHALAN, 2014). Ao longo das próximas seções veremos como se deu a sua execução e quais foram seus resultados.

4.3 Implementação do mandato

O período de transição estabelecido nos documentos assinados na Conferência de Paris deveria iniciar-se com a ratificação do acordo e durar até a promulgação da constituição,

que deveria obrigatoriamente ocorrer após o início do governo vencedor da eleição monitorada pela UNTAC (ONU, 1991).

No entanto, ao perceber que o tempo necessário para que todas as tropas da UNTAC se mobilizassem e chegassem ao país seria demasiadamente longo para uma operação que deveria ter início imediato, o Secretário Geral Javier Pérez de Cuéllar propôs a criação da Missão de Avanço das Nações Unidas no Camboja (UNAMIC), a qual deveria fazer os preparativos para a implementação efetiva da UNTAC. Antes mesmo da assinatura do Acordo Abrangente o Conselho de Segurança acatou a recomendação de criar uma operação mais restrita que servisse como mediadora do cessar-fogo enquanto a UNTAC estava em fase de preparação (FINDLAY, 1995).

A UNAMIC foi oficializada por meio da resolução 717 (1991) do Conselho de Segurança, tendo como objetivo principal manter o cessar-fogo dos quatro partidos envolvidos no processo de pacificação. Além disso, tropas da operação perceberam ao longo do mandato o perigo iminente que representavam as minas terrestres armadas durante a década de 1980, motivo pelo qual a resolução 728 (1992) expandiu o mandato para incluir treinamentos melhor estruturados acerca da detecção e retirada das minas para a população local. O contingente dessa operação foi integrado à UNTAC posteriormente (DPKO, 2003).

Apesar da UNAMIC ter sido idealizada como uma missão de curta duração, seu tempo de atuação estendeu-se muito além do esperado. A princípio a UNTAC deveria iniciar logo após a assinatura do Acordo Abrangente em outubro de 1991, mas suas tropas começaram a chegar no Camboja apenas em fevereiro do ano seguinte. A falta de preparação, o mandato restrito e o pequeno número de capacetes azuis enviados contribuíram para a deterioração do cessar-fogo, com diversas infrações tanto do NADK quanto do Partido Popular Cambojano (PPC) ocorrendo no período (FINDLAY, 1995).

A despeito dos fracassos da UNAMIC é válido destacar que ela contribuiu com uma série de aprendizados para a UNTAC, como a importância do bom relacionamento entre as diferentes áreas da missão e a necessidade de mais tropas francófonas para fazer a comunicação com os locais. Além de estabelecer o contato inicial da ONU em solo cambojano após os conflitos que afetaram o país no século XX (FINDLAY, 1995).

Dentre os partidos envolvidos no processo de pacificação o Khmer Vermelho foi o que menos colaborou, não contribuindo no desarmamento ou na coordenação necessária para a repatriação dos refugiados. Seguindo a linha da não cooperação, o PPC cumpriu as demandas

da UNTAC de forma superficial entregando apenas armas ultrapassadas na campanha de desarmamento e desfazendo-se das tropas consideradas supérfluas (WHALAN, 2014).

Por outro lado, as duas facções menores envolvidas no conflito, FUNCINPEC e FNLPK, cumpriram significativamente as diretrizes existentes no mandato da operação. Ambas entregaram seus armamentos às tropas da UNTAC e aceitaram ser integradas ao exército nacional. Esta determinação em cooperar pode ser explicada pelo pequeno contingente militar que controlavam e pelos maiores benefícios que poderiam obter a partir da cooperação, como auxílio para transporte durante a campanha eleitoral e mais tempo de transmissão na Rádio UNTAC (WHALAN, 2014).

Contudo, ao longo do mandato da operação percebeu-se que a neutralidade era insuficiente para proporcionar a cooperação desejada. No contexto de implementação da UNTAC era necessário um alto nível de cooperação entre os *peacekeepers* e os atores locais envolvidos no conflito, uma vez que para estabelecer uma paz duradoura no país seria necessário mudar a filosofia dos grupos envolvidos no conflito. À vista disso, a prática da indução não proporcionaria resultados duradouros (WHALAN, 2014).

O mandato da UNTAC previa a criação de uma rádio e a impressão de material sobre a operação com o intuito de informar a população de forma organizada sobre as propostas estabelecidas pela ONU e como elas deveriam ser implementadas no país. Além de emissões informativas, a Rádio UNTAC possuía programas de música popular nos quais a população solicitava suas músicas preferidas. Esse tipo de interatividade e valorização da cultura do Camboja aproximou as tropas da população local e aumentou sua confiança nas informações passadas por esse meio (WHALAN, 2014).

A UNTAC obteve resultados mistos na implementação dos Acordos de Paris. Resultados positivos foram observados no registro eleitoral da população e no seu comparecimento às urnas, além da repatriação de refugiados. Fracassos significativos puderam ser observados no desarmamento e desmobilização das facções e a perturbação da ordem causada por alguns dos oficiais da operação. (WHALAN, 2014).

A estrutura da UNTAC era formada por sete divisões: direitos humanos, atividades eleitorais, militar, administração civil, polícia civil, repatriação e reabilitação. Por ter se tratado de uma missão bastante ampla, a UNTAC deve ser avaliada em termos de suas diferentes áreas de atuação. Assim, nas duas seções seguintes estas divisões serão exploradas

em maiores detalhes, sendo divididas entre as que fracassaram e as que foram bem-sucedidas de acordo com as expectativas estabelecidas na Conferência de Paris (FINDLAY, 1995).

4.4 Sucessos da UNTAC

Através da UNTAC foram repatriados e reassentados cerca de 370.000 refugiados, os quais haviam fugido do Camboja principalmente durante os anos do Kampuchea Democrático e ainda temiam retornar no regime do PPC. A equipe de repatriação contava com apoio integral da ACNUR para organizar o regresso dos refugiados, prover assistência imediata e estabelecer um programa de reintegração. A experiência prévia da ACNUR nos campos de refugiados, os procedimentos-padrão já estabelecidos e o caráter apolítico e humanitário deste componente facilitaram a sua cooperação com o Khmer Vermelho quando outros grupos não a conseguiam mesmo com a promessa de recompensas. Este fato tornou a repatriação o componente de maior sucesso da UNTAC. (FINDLAY, 1995; WHALAN, 2014).

O principal objetivo da UNTAC era monitorar as eleições do Camboja. Nos dias que antecederam as eleições o Khmer Vermelho realizou uma série de ataques em áreas menos povoadas do país, as quais não eram combatidas pela UNTAC por essa se tratar de uma operação de paz baseada no capítulo VI. Por causa disso, havia um receio dos funcionários da ONU quanto ao sucesso das eleições, o qual se mostrou infundado. Quase 90% da população registrada para votar compareceu às urnas e a eleição foi considerada justa e válida. Segundo o próprio autor, o qual supervisionou o processo eleitoral³, essa presença massiva da população nacional bastaria como validação. Porém, o próprio reconhece que a transição de uma estrutura comunista centralizada do Kampuchea Democrático e do Estado do Camboja para um sistema pluripartidário seria conturbada (AKASHI, 1994).

O componente responsável pelas atividades eleitorais deveria trabalhar em conjunto com o CNS. Sua principal função era organizar e conduzir uma eleição livre e justa, cujo resultado fosse reconhecido tanto pelos partidos cambojanos quanto internacionalmente. Para tanto era necessário desenvolver uma lei eleitoral, regulamentos para governar o processo eleitoral e um código de conduta eleitoral (FINDLAY, 1995).

Além dessas obrigações a UNTAC era responsável pelo registro das pessoas para a eleição de 1993. O componente eleitoral contava com o apoio de 460 Voluntários das Nações

³ É importante lembrar que Yasushi Akashi era o Representante Especial do Secretário Geral da UNTAC, a autoridade máxima entre os participantes da operação.

Unidas (UNVs) nessa atividade. Para cumprir essa missão era necessário que eles viajassem por todo o país para registrar os cidadãos em idade eleitoral e ensinar-lhe mais sobre o processo eleitoral. Em decorrência da proximidade e frequência da interação desse grupo com a população local, eles foram tão responsáveis quanto a Rádio UNTAC por ganhar a confiança popular e convencê-los sobre o voto secreto e a legitimidade da eleição (WHALAN, 2014).

O contexto de realização da eleição monitorada pela UNTAC foi marcado por tensões entre o PPC e o FUNCINPEC na frente eleitoral e entre a força armada do PCC e o Khmer Vermelho na frente militar. Independentemente da ameaça que o Khmer Vermelho representava para a eleição, ela ocorreu sem maiores incidentes. As áreas controladas pela facção estavam majoritariamente em áreas isoladas do país, nas quais não havia locais de votação (WHALAN, 2014).

É consenso que o principal motivo para a ampla participação popular na votação foi a confiança desenvolvida pela Rádio UNTAC e pelos UNV. Combinada com a proteção dos locais de votação e a legitimidade obtida ao longo do mandato, os esforços para a realização da eleição foram recompensados com quase 90% da população registrada comparecendo no dia da eleição. Antes mesmo da chegada da operação ao país, ela atraía apoio popular através da promessa de paz após vinte anos de guerra civil, genocídio e pobreza generalizada. A legitimidade da operação também foi maximizada pelo apoio oficial de Norodom Sihanouk, figura política que manteve seu prestígio popular ao longo do século XX (WHALAN, 2014).

O objetivo do Khmer Vermelho durante o período de negociações não era de chegar a um consenso com as demais partes envolvidas, mas de expulsar o contingente vietnamita, derrubar a República Popular do Kampuchea e reestabelecer o Kampuchea Democrático. Em virtude dessas metas os líderes do grupo não viam benefícios em participar do processo eleitoral. Durante o mandato da operação as tropas da ONU foram impedidas de entrar nessas áreas culminando na declaração oficial de oposição em Junho de 1992, quando o grupo se recusou a participar da UNTAC ou envolver-se em novas negociações (WESLEY, 1995).

Após oficializar a sua recusa em concorrer nas eleições organizadas pela UNTAC, o Khmer Vermelho passou a realizar ataques localizados acreditando que seria possível mudar o rumo da operação através da demonstração do seu poderio militar. Independentemente dos esforços opositores desse grupo, houve ampla participação da população do processo eleitoral. Devido a isso, a UNTAC foi considerada uma operação de paz de sucesso pela ONU. Alguns

dos fatores que contribuíram para isso foram a determinação do povo do Camboja, o comprometimento da equipe em proporcionar eleições justas e válidas e a habilidade do Príncipe Sihanouk de manter o equilíbrio após o processo eleitoral (AKASHI, 1994; WESLEY, 1995).

Após a retirada do Khmer Vermelho da cooperação com a UNTAC, a eleição teve a participação de quatro partidos principais: a FNLPK, de Son Sann; o Partido Democrático Liberal Budista, liderado por Sak Sutsakhan; o CPP de Hun Sen e, por fim, o FUNCINPEC encabeçado por Norodom Ranariddh. Este último partido obteve 45% dos e, por não ter alcançado a maioria absoluta optou por estabelecer uma coligação com o CPP para governar (TULLY, 2005).

Em suma, os sucessos obtidos pela UNTAC tanto na eleição quanto na repatriação de refugiados devem ser reconhecidos. A alta taxa de comparecimento dos eleitores no dia da votação legitimou seu resultado. Quanto à repatriação, a parceria com a ACNUR e o CICV fortaleceram a ideia de neutralidade deste componente e permitiram a cooperação com o Khmer Vermelho que não ocorria em outras áreas. No entanto, ainda que reconhecidos pelos estudiosos do assunto, os fracassos desta operação costumam ser ignorados pela ONU. Na seção seguintes veremos alguns desses malogros.

4.5 Fracassos da UNTAC

O mandato da UNTAC também previa um cessar-fogo organizado em duas partes: a primeira seria focada em desarmar todas facções e a segunda seria dedicada a unir esses grupos militares em um único exército cujo controle seria entregue ao novo governo eleito. Contudo, o cessar-fogo foi violado meros três meses após a ratificação do Acordo de Paris com um embate entre o Khmer Vermelho e a milícia do CPP. Neste ponto é relevante destacar que as ofensivas entre as facções no Camboja obedeciam a um padrão de cessar-fogo durante a temporada de chuvas e ataques frequentes na temporada seca, algo que não havia sido levado em consideração pelos formuladores da UNTAC (WHALAN, 2014).

O componente militar em termos de tamanho da equipe responsável (15.900 pessoas no auge da operação) e da atenção dispensada a ele no mandato era o maior de todos. Sua principal função era estabilizar a segurança do país através da construção de uma relação de confiança entre os partidos em conflito. Para tanto era necessário verificar a retirada completa

de atores estrangeiros, supervisionar o cessar-fogo, realizar o desarmamento dos grupos militares e assistir na limpeza das minas terrestres (FINDLAY, 1995). Conforme o mandato da UNTAC as obrigações do componente militar eram bastante limitadas e proporcionavam pouco contato entre as tropas e a população. Essa falha foi reconhecida pelo Comandante da Força da UNTAC, General John Sanderson, como sendo capaz de limitar a capacidade da operação obter apoio popular (WHALAN, 2014).

Entre fevereiro e setembro de 1992, a UNTAC conseguiu juntar 52.000 tropas e 50.000 armas sob seu comando. Esses números representavam metade das forças do FUNCINPEC e do FNLPK e um quarto do braço militar do PPC. Em contrapartida, apenas 200 pessoas do Khmer Vermelho desarmadas se entregaram nos centros designados da UNTAC. O resultado final do processo de desarmamento foi que apenas os dois partidos menores foram neutralizados, enquanto o PPC e o NADK, as reais ameaças, continuavam armados e rompendo o cessar fogo. Em virtude do resultado não esperado da campanha de desarmamento, o Conselho de Segurança desenvolveu a Resolução 783, documento da ONU S/RES/783 em 13 de Outubro de 1992. A partir desta resolução o foco do componente militar foi alterado para dar mais apoio direto ao processo eleitoral e realizar operações de escolta e patrulha (DPKO, 2003; FINDLAY, 1995).

O Grupo de Trabalho Militar Misto (MMWG), parte do componente militar, foi de suma importância entre os esforços de unificação militar. Além da coordenação técnica, ele representou um canal importante através do qual a UNTAC buscava exercer poder sobre as facções militares e um fórum no qual as diferentes facções podiam interagir de forma mediada. Essa interação foi capaz de até certo ponto alterar o posicionamento dos líderes militares que participavam das reuniões, mas não foi capaz de reeducar as tropas comuns, que haviam jurado lealdade ao rei Sihanouk quando da fundação das Forças Armadas do Camboja em junho de 1993 e recebiam seus salários através da Operação Paymaster⁴, mas que continuavam reportando-se aos líderes de suas antigas facções (WHALAN, 2014).

Contudo, a unificação parcial das Forças Armadas, as reuniões do MMWG e os pagamentos oferecidos pela Paymaster não foram suficientes para assegurar a cooperação de todas as tropas. Boa parte delas permaneceu leal a seus líderes e contribuiu no golpe de 1997 liderado pelo então primeiro-ministro Hun Sen. A tensão existente no período anterior à

⁴ Operação das Nações Unidas dentro da UNTAC a partir da qual os salários das tropas era pago (SCHEAR, 1995).

eleição entre o CPP e o FUNCINPEC foi relativamente controlada enquanto as tropas da ONU permaneceram no país. O mandato da UNTAC permaneceu ativo até setembro de 1993, quando foi promulgada a constituição do Reino do Camboja. Após o fim do mandato a aliança entre os dois partidos tornou-se gradualmente mais tensa (DPKO, 2003; WHALAN, 2014).

O componente dos direitos humanos seria responsável pela conscientização da população sobre seus direitos e liberdades. Suas principais atividades seriam realizar uma campanha de educação sobre direitos humanos, supervisionar a situação dos direitos humanos nas estruturas administrativas existentes e estabelecer mecanismos para investigar denúncias de abusos durante o período de transição (FINDLAY, 1995).

Poucas ações diretas foram realizadas pela equipe da UNTAC em relação aos direitos humanos. Boa parte da atuação nesse sentido foi realizada por ONGs internacionais. Com o decorrer do tempo começaram a surgir organizações nacionais que atuavam neste setor, o que foi considerado uma vitória para o desenvolvimento da sociedade civil do Camboja (FRANK, RICHMOND; 2010).

Contudo, em decorrência de questionamentos e repressões realizadas pelo governo de Hun Sen cada vez mais ONGs e jornais têm fechado suas portas no país. O *Cambodia Daily*, importante jornal independente encerrou suas operações após ser cobrado US\$ 6.3 milhões em impostos após investigações realizadas em fontes de notícias contrárias ao governo nacional que também foram responsáveis pelo fechamento de 15 estações de rádio. ONGs nacionais também têm finalizado suas atividades com base nessas alegações, enquanto organizações de outros países como o Instituto Democrático Nacional (NDI) têm sido acusadas de não portar todos os documentos necessários para seu funcionamento e forçadas a deixar o país (BALIGA, 2017).

O componente de administração civil deveria guiar a estrutura administrativa de setores estratégicos preexistentes no governo do PPC, tais como Relações Exteriores, Defesa Nacional, Finanças e Segurança Pública. As principais obrigações desta equipe referiam-se à identificação das estruturas administrativas que formavam o antigo governo e o treinamento dessas equipes em códigos de conduta e administração, além da criação de mecanismos de reclamações e procedimentos de investigação (FINDLAY, 1995).

O componente policial da UNTAC, por sua vez, era composto por 3.600 policiais civis e 2.000 civis, sendo responsável por controlar 50.000 policiais civis cambojanos. Sua

obrigação consistia em garantir que esses profissionais atuassem de forma efetiva e imparcial, protegendo os direitos humanos e liberdades fundamentais. Contudo, a falta de especificações sobre este grupo no mandato fez com que ele não fosse bem desenvolvidos. Estes policiais foram os principais investigados em termos de corrupção e os mais denunciados pela população (FINDLAY, 1995).

Mesmo que os UNVs fossem bem vistos e apreciados pela população, o mesmo não podia ser dito de todo o contingente da operação. Enquanto os voluntários eram elogiados, queixas frequentes eram realizadas sobre as tropas. Acusações variavam desde o envolvimento em acidentes de carro, discursos racistas até assédio e estupros de mulheres e crianças. O Escritório de Relações Comunitárias foi criado em outubro de 1992 para lidar com essas denúncias. Contudo, durante seu funcionamento poucas queixas foram solucionadas, sendo a maioria delas relacionadas a acidentes de trânsito. (WHALAN, 2014).

Algumas das falhas do Escritório foram a limitação geográfica e a pouca atenção dada às denúncias de assédio e estupro. O número limitado de pessoas designadas para esta função operava apenas na área da grande Phnom Penh. Além disso, pronunciamentos como o do Representante Especial do Secretário-Geral, Yasushi Akashi, deslegitimavam essas denúncias. (WHALAN, 2014).

Apesar das denúncias e da criação do mecanismo para investigação das mesmas, o site da ONU não apresenta menção ao ocorrido. O componente de polícia civil é apresentado como sendo completamente funcional. Afirma-se que o grupo colaborou com os demais componentes da operação, contribuiu para a criação de um ambiente político neutro e proporcionou treinamentos aos policiais locais (DPKO, s/d).

O componente de reabilitação foi o que menos vingou entre aqueles estabelecidos no mandato, sendo pouco mencionado em análises sobre o assunto. Ele previa o cuidado de questões como segurança alimentar, saúde, habitação, educação e restauração da infraestrutura do país. Poucas informações podem ser encontradas sobre o funcionamento deste grupo fora das fontes oficiais das Nações Unidas (FINDLAY, 1995).

Tendo em consideração esses fatos é possível perceber o quanto o sucesso da UNTAC pregado pela ONU é um conceito superficial. A retirada das tropas após a publicação da constituição em 1993, conforme o plano inicial, é considerada um dos motivos para o fracasso da implantação da paz liberal no país. Em 1997, apenas cinco anos após a eleição, Hun Sen liderou um novo golpe para retirar o FUNCINPEC do governo e obter controle total sobre o

aparato estatal. A facilidade com que a tomada de poder ocorreu demonstra perfeitamente as falhas na unificação dos grupos armados do país. Hun Sen foi capaz de manter a lealdade de seus soldados mesmo que eles estivessem oficialmente sob controle do governo (FRANK, RICHMOND, 2010; WHALAN, 2014).

Outra limitação da paz liberal diz respeito a sua visão universalista. Existe a crença de que um modelo de desenvolvimento positivo para os países ricos do Ocidente, o liberalismo, pode ser implantado em qualquer contexto e obter resultados igualmente bons. As particularidades locais não costumam ser levadas em consideração. Consequentemente, uma paz superficial, também chamada de virtual, é criada. Acredita-se que esta limitação da paz liberal possa ser superada pela atenção às demandas de diferentes grupos pregada pela virada local. (BORGES, MASCHIETTO; 2017).

A partir da análise realizada neste trabalho foi possível perceber que a ausência de debates sobre o conceito de paz gera uma dificuldade metodológica e factual aos pesquisadores sobre o tema e ainda maior aos tomadores de decisões. Esse fenômeno faz com que a paz liberal seja automaticamente vista como aceitável para todos, independente das especificidades de cada caso. Sendo apoiada por atores fortes no Sistema Internacional é natural que ela tenha sido adotada como conceito padrão nos mandatos das Operações de Paz das Nações Unidas. Isso significa que essas missões costumam ser guiadas pela ideia central de paz como ausência de guerra, fomentadora de um modelo fechado de instituições que pouco se preocupam com as especificidades locais (RICHMOND, 2006).

5. CONCLUSÃO

Na década de 1990 o Camboja havia se tornado um dos países em desenvolvimento mais pobres do mundo em virtude das décadas de negligência estatal, guerra e recusa dos países ocidentais em enviar ajuda externa para um governo que eles consideram marionete do Vietnã comunista. Consequentemente, restava à população sobreviver por si só nas situações mais adversas enquanto aguardava por uma possível intervenção externa que não havia chegado anos antes.

Tendo em vista este contexto, a UNTAC pode ser considerada uma operação de paz multidimensional, devido ao seu escopo abrangente. Entretanto, a paz construída por essa operação foi em grande medida virtual se levamos em consideração que o Khmer Vermelho

continuou tendo poder para realizar ataques esporádicos à população, houve um golpe de Estado em 1997 e os governos mais recentes continuam sendo acusados de irregularidades e corrupção. Dada a instabilidade da paz não controlada pela UNTAC questiona-se até que ponto uma operação considerada de sucesso pela ONU realmente o obteve.

Malgrado ser vista como uma operação de paz de sucesso pela ONU, a UNTAC deixou diversas questões em aberto, as quais contribuíram para que a paz estabelecida por ela não durasse. Em primeiro lugar, a tentativa de construção de uma estrutura democrática do país durante o seu mandato só foi frutífera na medida em que a eleição supervisionada por ela teve alta participação popular e resultados considerados válidos pelos padrões internacionais. Com o passar dos anos a estrutura democrática não foi reforçada. Em virtude disso, no início do século XXI o Camboja ainda é governado por uma monarquia constitucional fruto de um golpe civil-militar com altos níveis de corrupção e um questionável *rule of law* (GELLMAN, 2010).

Desde 1997 ininterruptamente no poder, Hun Sen tem moldado o sistema político do país conforme sua vontade. Sendo a constituição desenvolvida após a UNTAC repetidamente desrespeitada. O rival mais conhecido do primeiro-ministro, por exemplo, passou cerca de um ano preso sem julgamento. Kem Sokha foi encarcerado após uma investigação policial em sua casa por motivos que não foram divulgados mas possivelmente têm a ver com o líder político atual (BBC, 2018).

Em segundo lugar, as discrepâncias entre a visão ocidental e a visão cambojana de uma sociedade melhor, que contribuíram para atrasar o andamento da operação também permaneceram a longo prazo. Uma dessas divergências diz respeito à igualdade de gênero. No Camboja é comum que famílias mais pobres priorizem a educação de crianças do sexo masculino, o que resulta em disparidade na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em decorrência dessa exclusão desde a infância, o país possui uma das piores *Gender Empowerment Measures* segundo estudo do Banco Mundial de 2004 (GELLMAN, 2010). Outro motivo que apontava para o fracasso da UNTAC era a incompatibilidade dos objetivos do PPC e do Khmer Vermelho. Ambos queriam controlar o poder nacional sem a presença do outro grupo e assinaram o acordo exclusivamente por pressão internacional e interesses próprios.

Para proporcionar uma paz estável, conforme estabeleciam as partes durante a Conferência de Paris, o desarmamento deveria ser guiado por cooperação espontânea e não a

partir de coerção ou indução. Entretanto, a UNTAC fracassou em obter a cooperação do Khmer Vermelho de qualquer uma dessas formas, tendo um efeito dominó sobre o PPC. Apesar de ser constantemente aclamada por seu mandato abrangente, grande número de tropas e o grande orçamento com o qual contava, a UNTAC falhou em obter o *compliance* local do qual necessitava para que seus esforços fossem consagrados (WHALAN, 2014).

O principal objetivo da UNTAC era realizar uma eleição justa e livre de interferências, a partir da qual o Camboja pudesse reestruturar-se democraticamente e sem corrupção. Assim, seu mandato abordava em detalhes as obrigações do CNS e da UNTAC na eleição. São elencadas questões como a elaboração de uma lei eleitoral, regulamentos para governar o processo eleitoral e um código de conduta eleitoral. Além do cadastramento de eleitores e escolha dos locais de votação.

O segundo objetivo central da operação diz respeito mais diretamente aos termos da paz liberal: o desarmamento dos grupos armados dos partidos e a sua posterior unificação em um exército nacional. Esta preocupação coincide com os elementos apresentados por Richmond (2006) como ameaças à paz liberal: o terrorismo, o secessionismo e a guerra de guerrilha. Os três problemas eram endereçados pelo componente militar da UNTAC, o qual contava com o maior número de pessoal e o maior orçamento.

Apesar das expectativas otimistas sobre o desarmamento e a desmobilização dos diversos grupos armados, os resultados obtidos foram pouco significativos. A maior parte dos equipamentos entregues nos postos de coleta consistiam em armas antigas, pouco ou não utilizadas nas infrações do cessar-fogo ocorridas durante todo o mandato da operação. Quanto às tropas que se entregaram, elas pertenciam majoritariamente à FNLPK e à FUNCINPEC, partidos menores que pouco se envolviam nesses conflitos. Eles nada tinham a perder com a cooperação. Pelo contrário, ambos se beneficiaram com os incentivos dados pela UNTAC para os partidos colaboradores.

Além das dificuldades proporcionadas pelos dois principais atores do conflito, PPC e Khmer Vermelho, o mandato da UNTAC apresentava uma abordagem bastante restrita. Suas diretrizes sobre a eleição e o desarmamento eram bem delimitadas. A maioria absoluta do orçamento era dedicada aos componentes militar e de repatriação. Paralelamente a preocupação com a precariedade dos direitos humanos no Camboja foi apenas citada brevemente no mandato. Coube ao próprio contingente da operação organizar a atuação deles

na reconstrução de estruturas necessárias para o desenvolvimento do país, como escolas e hospitais.

Apesar do sucesso da eleição e do estabelecimento de uma monarquia constitucional, a situação política do Camboja tem se degradado paulatinamente. Desde o golpe ocorrido em 1997 Hun Sen tem concentrado cada vez mais poder em suas mãos, desrespeitando a liberdade de expressão através do fechamento de fontes independentes de notícias e perseguição de seus adversários políticos. Dessa forma, os bons resultados obtidos pela UNTAC se perderam em grande medida neste governo autoritário.

Em síntese, o mandato da operação abordava os componentes de forma desigual, contribuindo para resultados superficiais na solução do confronto. A questão militar e a eleição receberam um significativo destaque por se tratarem de dois componentes centrais na consolidação da paz liberal através das intervenções da ONU. Conjuntamente, a pouca precisão sobre direitos humanos e reconstrução da estrutura do país no documento fizeram com que estes aspectos fossem organizados conforme o decorrer da missão. Esta falta de organização prévia aliada à desconsideração da realidade local proporcionaram uma paz virtual.

Portanto, faz-se necessário abordar os contextos em que as operações de paz são implementadas conforme as suas especificidades. A receita universal estabelecida pela paz liberal não tem se mostrado capaz de produzir a estabilidade prometida. É preciso reavaliar o seu uso como padrão para falar de paz e abrir mais espaço para o debate de outras percepções e como cada uma delas se aplica melhor a diferentes circunstâncias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKASHI, Yakushi. The Challenge of Peacekeeping in Cambodia. **International Peacekeeping**, London, v. 1, 1994.
- AMSTUTZ, Mark. “The Ethics of Foreign Intervention” *In*: AMSTUTZ, Mark. **International Ethics: Concepts, Theories and Cases in Global Politics**. Nova York: Rowman & Littlefield, 2013. p. 123-137.
- ATAK, Iain. Pacifism and Perpetual Peace. **Critical Studies on Security**, 2017.
- AYRES, David M.. **Anatomy of a Crisis : Education, Development, and the State in Cambodia, 1953-1998**. University of Hawaii Press, 2000.

BBC. **Kem Sokha: Jailed for standing up to Cambodia's strongman.** Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-asia-45327301?intlink_from_url=https://www.bbc.com/news/topics/c8nq32jwj8mt/cambodia&link_location=live-reporting-story. Acesso em: 31 Out. 2018.

BORGES, Marisa. MASCHIETTO, Roberta. "Cidadania e empoderamento local em contextos de construção da paz", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 105, 2014. p. 65-84.

CARR, E. H. O pano de fundo utópico. *In*: CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 33-57

CHANDLER, David. The Tragedy of Cambodian History. **Pacific Affairs**, Vancouver, v. 52, 1979.

CHANDLER, David. **A History of Cambodia**. Boulder: Westview Press, 2009.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO), 2003. **‘Cambodia - UNTAC: Mandate’**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/untacmandate.html>. Acesso em: 15 mai. 2018.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO), s/d. **Background**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/untacbackgr2.html#six>. Acesso em: 19 out. 2018.

DOYLE, Michael W. Three Pillars of the Liberal Peace. **American Political Science Review**, vol. 99, n.3 (August 2005), pp. 463-466.

DOYLE, Michael W. SAMBANIS, Nicholas. Introduction: War-Making, Peacebuilding, and the

United Nations. *In*: DOYLE, Michael W. SAMBANIS, Nicholas. **Making War and Building Peace: United Nations Operations**. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

FINDLAY, Trevor. **Cambodia: The Lessons and Legacy of UNTAC**. Nova York: Oxford University Press, 1995.

FRANK, Jason. RICHMOND, Oliver P. Cambodia: Liberal Hubris and Virtual Peace. *In*: FRANK, Jason. RICHMOND, Oliver P. **Liberal Peace Transitions : Between Statebuilding and Peacebuilding**. Edinburgo, Edinburgh University Press, 2009.

FRINGS, K. Viviane. Rewriting Cambodian History to 'Adapt' It to a New Political Context: The Kampuchean People's Revolutionary Party's Historiography (1979-1991). **Modern Asian Studies**, v. 31, 1997.

GARCIA, Eugênio Vargas. Em nome da segurança: as origens da ONU. *In*: GARCIA, Eugênio Vargas. **O Sexto Membro Permanente: O Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 23-64.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 6, 1969.

GELLMAN, Mneesha. World views in peace building: a post-conflict reconstruction challenge in Cambodia. **Development in Practice**, Londres, v. 20, 2010.

HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. Segurança Coletiva. *In*: HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais: História e Práticas**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. p. 63- 106.

HEUVELINE, Patrick. 'Between One and Three Million': Towards the Demographic Reconstruction of a Decade of Cambodian History (1970-79). **Population Studies**, v. 52, 1998.

ICISS. The Responsibility to Protect, 2001. Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016

KIERNAN, Ben. Introduction: Conflict in Cambodia, 1945-2002. **Critical Asia Studies**, Londres, v. 34, 2002.

KIERNAN, Ben. Coming to terms with the past Cambodia. **History Today**, Londres , v.54, 2004.

MALONE, David M. Security Council. *In*: DAWS, Sam; WEISS, Thomas G. **The Oxford Handbook on The United Nations**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 117- 135.

MORGENTHAU, Hans. **To intervene or not to intervene**. **Foreign Affairs**, v. 45, 1966. p. 425-437.

NATHAN, Laurie. No Ownership, No Commitment: A Guide to Local Ownership of Security Sector Reform. Birmingham: University of Birmingham, 2007.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER ON HUMAN'S RIGHT (OHCHR). **Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, 1948**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CrimeOfGenocide.aspx>. Acesso em: 01/06/18.

PARIS, Roland. **At War's End. Building Peace After Civil Conflict**. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

- BALIGA, Ananth. PHNOM PENH POST: **International groups slam NGO and media closures**, 2017. Disponível em: <https://www.phnompenhpost.com/national/international-groups-slam-ngo-and-media-closures>. Acesso em: 12 Nov. 2017.
- REZENDE, Lucas Pereira. O Histórico das PKOs. *In*: REZENDE, Lucas Pereira. **O engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção internacional brasileira**. Curitiba: Appris, 2012. p. 35-42.
- RICHMOND, Oliver. Patterns of Peace. **Global Society**, Canterbury, v. 20, 2006.
- RICHMOND, Oliver. The impact of Socio-Economic Inequality on Peacebuilding and Statebuilding. **Civil Wars**, v.17, 2015.
- RICHMOND, Oliver. The problem of peace: understanding the ‘liberal peace’. **Conflict, Security & Development**, Routledge, v. 6, 2006.
- SAN FRANCISCO CONFERENCE, 1945. San Francisco: **Organização das Nações Unidas**, 1945. 46p.
- SCHEAR, James A. Beyond Traditional Peacekeeping. *In*: DANIEL, Donald C. F. HAYES, Bradd C. **Beyond Traditional Peacekeeping**. Nova York: Macmillan Press, 1995.
- TULLY, John. **A short history of Cambodia: From Empire to Survival**. Crows Nest: Allen and Unwin, 2005.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **1991 Paris Peace Agreements**. Disponível em: <http://www.cambodia.org/facts/?page=1991+Paris+Peace+Agreements>
- WALLENSTEEN, Peter. **Quality peace: Peacebuilding, victory and world order**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- WESLEY, Michael. The Cambodian Waltz: The Khmer Rouge and United Nations intervention, Terrorism and Political Violence. **Terrorism and Political Violence**, v. 7, 1995.
- WHALAN, Jeni. Evaluating Peace Operations: The Case of Cambodia. *In*: **Journal of International Peacekeeping**, v. 16, 2012.
- WHALAN, Jeni. **How Peace Operations Work: Power, Legitimacy, and Effectiveness**. Oxford University Press, 2014.